



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

SELMA MONTEIRO COELHO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FACE: UM ESTUDO DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Brasília – DF
2020

SELMA MONTEIRO COELHO

**POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA FACE: UM ESTUDO DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ormezinda Maria Ribeiro

Brasília – DF

2020

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Ormezinda Maria Ribeiro – Presidente
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Ulidete Rodrigues de Souza Rodrigues
- Membro externo
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Claudia Maffini Griboski – Membro interno
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Maria Marlene Rodrigues da Silva - Membro suplente
Universidade de Brasília

Àqueles que buscam e lutam por justiça social.
Àqueles que persistem e jamais desistem de lutar por seus sonhos e
objetivos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Iracilda e João, pelos primordiais ensinamentos baseados na fé, no amor e na bondade. Por repassarem, com exemplos próprios, a magnitude de fortaleza, honestidade e persistência, mesmo diante das adversidades. Nunca me esqueço de parabenizá-los pela coragem de terem gerado doze filhos e por permanecerem unidos até o momento atual, somando mais de seis décadas.

À orientadora Aya, pela forma suave e humanizada de ensinar, mais que uma orientadora acadêmica, uma orientadora de bem viver. Por demonstrar que a pesquisa e a escrita podem acontecer de um modo prazeroso e que a escrita pode ter o poder de nos resgatar, em determinadas situações. Com ela, aprendi a escrever quando não se consegue falar, seja para desabafar, para afirmar ou para detalhar e provar algo ou um ponto de vista. Já recorri ao recurso da escrita para comunicação com a chefia, com mais de um médico, com representantes da escola do filho, entre outros. A sensação é desafiadora e libertadora. Agradeço, sobretudo, pelo meu acolhimento, como orientanda, e por toda a contribuição e paciência.

Ao meu filho, Benício, pelo amor, pela doçura e carinho, além dos momentos maravilhosos sempre que estamos juntos. Isso me fortalece e me ajuda a ser melhor e a buscar o melhor, sempre.

Ao pai do meu filho Benício, por se dedicar e cuidar muito bem dele quando está sob seus cuidados. Isso me proporcionou a tranquilidade necessária para o desenvolvimento desse trabalho. Também o agradeço por algumas contribuições técnicas na reta final da escrita.

A todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização desse trabalho, no âmbito da Universidade de Brasília e da FE (pela oferta do curso a servidores dessa Universidade), ao corpo docente, pelos ricos e inestimáveis ensinamentos, e aos colegas de turma. À Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE) e aos participantes da pesquisa, e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelo apoio.

A todas as pessoas que já compartilharam ou compartilham vivências comigo, na vida familiar, na vida religiosa e comunitária, na vida escolar e acadêmica, na vida profissional, na vida amorosa e afetiva. Às(aos) amigas(os) queridas(os), enfim, todos que fizeram/fazem parte da minha formação como pessoa, e as que me inspiram ou inspiraram na busca pelo conhecimento.

“Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante (...)” (PAULO FREIRE, 2001).

RESUMO

Essa pesquisa pretendeu levantar e descrever a representatividade dos egressos cotistas negros dos cursos de graduação da Universidade de Brasília (UnB), de modo específico da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE), analisar o cenário acadêmico superior atual e, apresentar a percepção dos gestores de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da FACE sobre políticas de ações afirmativas. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a técnica de triangulação de dados, com combinação de três métodos distintos de coleta: documental, quantitativo e qualitativo. Os dados coletados revelam que apenas 17,8% dos programas de pós-graduação ativos na UnB, em 2019, ofertavam vagas de ações afirmativas. Que há pouco conhecimento relativo a políticas de ação afirmativa, por parte dos coordenadores de cursos de pós-graduação. Que falta um incentivo maior das instâncias superiores como a CAPES e o DPG, e que há fatores relativos à dificuldade de adequação de edital e de processo seletivo. 90% dos egressos cotistas da FACE sugerem que pode haver barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação, em razão de exigência de muitos requisitos, por barreiras de classe, por falta de bolsas, por poder haver racismo nas bancas de seleção, sempre representadas por tradicionais professores brancos, além de outros fatores. No entanto, 60% dos respondentes afirmam que, se a pós-graduação da área de interesse oferecesse vagas de ações afirmativas, tentariam o ingresso. Conclui-se, que há demandantes, no entanto, a política de ação afirmativa ainda é pouco acatada pelos programas. Ressalta-se, portanto, a importância de um maior incentivo por parte do Decanato superior e da CAPES, a necessidade de uma ampla discussão acerca de tais políticas na UnB, e sua implementação nos cursos de pós-graduação da FACE e nos demais cursos de pós da instituição, que ainda não aderiram à política, como incentivo e como forma de encorajar e atrair os demandantes dessas políticas, egressos de cursos de graduação da UnB ou de outras instituições, interessados nessa modalidade educacional.

Palavras-chave: Ação afirmativa. Egressos. Cotistas. Pós-graduação.

ABSTRACT

This research sought to collect data on as well as describe the representativity of black quota placement graduates from under-graduate courses at the University of Brasília (UnB), specifically in courses at the Faculty of Economics, Administration, Accounting and Public Policy Management (FACE) with a view to analysing the current tertiary level scenario as well as present perceptions from stricto sensu FACE post-graduate directors on affirmative action policies. In conducting this research, data triangulation together with three specific data collection methods were used: document collection as well as quantitative and qualitative methods. The data collected indicated that in 2019 only 17.8% of active UnB post-graduate programs offered affirmative action places. Post-graduate course coordinators showed very little knowledge of affirmative action policies. There was a lack of greater incentive from higher institutions such as CAPES (Coordination for Tertiary Level Training and Capacitation) and the DPG (UnB's Human Resource Management Office) and there were factors regarding the difficulty to adapt course announcements and university selection processes. Ninety percent of black quota graduates suggested that there may be barriers in selection and entry to post-graduate courses given the demand for more requisites, class barriers, a lack of scholarships, racism on selection panels, always made up of traditional white professors, among other factors. All the same, 60% of those interviewed in this research, affirmed that if the post-graduate course of their interest were to offer affirmative action places, they would apply. It was concluded that there is a demand, nonetheless, affirmative action policy is still hardly endorsed by post-graduate programs. Further, there is the need for greater incentive from UnB's Human Resource Management Office as well as CAPES. There must be wider discussions on affirmative action policies at UnB and their implementation in FACE post-graduate courses and in other UnB post-graduate courses as a whole that have not yet adopted these policies in order to create an incentive as well as encourage and attract those who demand these policies, graduates from under-graduate courses at UnB or at other institutions, and all interested in this form of education.

Key words: affirmative action. Graduates. quota placements. post-graduate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição da população, por cor ou raça	31
Figura 2 – Ciclo da política afirmativa envolvimento de diferentes seguimentos da instituição	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de PPG's com ações afirmativas	63
Gráfico 2 – Adesão de PPG's por ano	63
Gráfico 3 – Distribuição por curso de graduação/área	64
Gráfico 4 – Ano de titulação	65
Gráfico 5 – Desempenho egresso cotista na graduação.....	65
Gráfico 6 – Participação em processo seletivo de pós-graduação.....	66
Gráfico 7 – Reprovação em alguma das etapas do processo seletivo.....	67
Gráfico 8 – Se o programa de pós-graduação da área de interesse oferecesse vagas de ações afirmativas tentaria ingresso	68
Gráfico 9 – Opinião dos egressos acerca de políticas de ação afirmativa na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	69
Gráfico 10 – Conhecimento sobre processos seletivos para Mestrado.....	70
Gráfico 11 – Procurou informações sobre pré-requisitos para ingresso em mestrado	70
Gráfico 12 – Concepção do egresso se há barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação <i>stricto sensu</i>	71
Gráfico 13 – Implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questões de pesquisa.....	23
Quadro 2 – Representações sociais	27
Quadro 3 – Número de alunos cotistas egressos dos cursos de graduação ligados à FACE matriculados em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	41
Quadro 4 – Número de alunos cotistas egressos de cursos de graduação em Ciências Humanas e Sociais matriculados em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	42
Quadro 5 – Programas de pós-graduação da UnB com política de ação afirmativa .	45
Quadro 6 – Respostas dos participantes quanto a razão de nunca ter participado de processo seletivo.....	67
Quadro 7 – Respostas dos participantes quanto a percepção dos egressos sobre cursos de Mestrado e Doutorado	68
Quadro 8 – Respostas dos participantes quanto a opinião dos egressos sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	69
Quadro 9 – Respostas dos participantes quanto as barreiras para ingresso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	71
Quadro 10 – Respostas dos participantes quanto à opinião sobre a implementação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE	72
Quadro 11 – Percepção da posição do negro na educação e no mercado de trabalho	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número e distribuição dos egressos por curso de graduação.....	53
Tabela 2 – Variável gênero	53
Tabela 3 – Raça/Cor	53
Tabela 4 – Escola Ensino Médio	54
Tabela 5 – Faixa etária – ingresso e titulação	54
Tabela 6 – Região demográfica egressos ADM	54
Tabela 7 – Região demográfica egressos CCA	55
Tabela 8 – Região demográfica egressos ECO	55
Tabela 9 – Região demográfica egressos GPP	56

LISTA DE SIGLAS

ADM	Administração
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Ciências Contábeis e Atuariais
DAN	Departamento de Antropologia
DPG	Decanato da Pós-Graduação
ECO	Economia
FA	Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados
FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública
FD	Faculdade de Direito
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPP	Gestão de Políticas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPOL	Instituto de Ciência Política
MEC	Ministério da Educação
MN	Movimento Negro
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGCont	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
PPG-ECO	Programa de Pós-Graduação em Economia

SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIGRA	Sistema de Registros de Alunos da Graduação
SIPPOS	Sistema de Registro de Alunos de Pós-Graduação
STF	Supremo Tribunal Federal
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	21
1.2 PERCURSO	23
2 ESTADO DO CONHECIMENTO	24
2.1 CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	24
2.2 REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DE EQUIPARAÇÃO	29
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	34
2.5 POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ÂMBITO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNB	38
2.5.1 Egressos cotistas inseridos em cursos de pós-graduação	40
3 PERCURSO METODOLÓGICO	44
3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA	46
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, SETOR OU ÁREA LÓCUS DE ESTUDO	47
3.2.1 Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)	48
3.2.2 Programa de Pós-Graduação em Economia (PPG-ECO)	49
3.2.3 Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)	49
3.2.4 Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)	50
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	51
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS DA PESQUISA.....	57
3.4.1 Técnicas de pesquisa	57
3.5 INSTRUMENTO(S) DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA	58
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	60
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
4.1.1 Coleta documental	62
4.1.2 Coleta quanti-qualitativa	64
4.1.3 Coleta qualitativa	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – Questionário – Egressos cotistas da FACE	92

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	94
APÊNDICE C – Dados qualitativos	96

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa é preciso, inicialmente, entender o contexto histórico e social vivido pelo país, bem como identificar as razões pelas quais há preconceitos e indiferenças por parte de determinados setores da sociedade. Embora se tenham notícias de muitos estudos sobre desigualdades sociais, pouco se discute a respeito dos motivos das desigualdades existentes, bem como sobre a representatividade de negros (pretos e pardos) no âmbito educacional, especialmente nos níveis mais elevados. Pouco se verifica a efetividade das políticas públicas implementadas com intenção de equidade. Diante disso, surgem as seguintes questões: A representatividade do negro na Universidade de Brasília (UnB) está contemplada, também, nos cursos de pós-graduação? Pode haver barreiras impeditivas para seu ingresso nesses cursos? Instiga-se, ainda, saber qual imagem está sendo produzida e/ou reproduzida na população negra, como indivíduos, a partir do aumento de sua representatividade no universo acadêmico, e se essa imagem tem contribuído para sua ascensão em todas as esferas sociais. Uma vez que temas dessa natureza retratam a realidade de cada época, ao passo em que instiga reflexões e questionamentos a respeito das políticas que acompanham e sustentam tais temáticas, este trabalho busca mostrar o cenário acadêmico superior baseado em sua representação social.

Embora o conceito de representação social seja abrangente e venha sendo discutido nas mais diversas áreas do conhecimento nos últimos tempos, faz-se necessária a discussão da temática também no campo educacional, por englobar a formação de indivíduo e sua inserção nos diferentes grupos e contextos da sociedade. Na concepção de Moscovici (1978), os indivíduos, em sua vida cotidiana, buscam um ideal e apresentam o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem. Por outro lado, Crochík (1994) afirma que a sociedade é um produto humano que deveria propiciar diversidade humana, mas que, no entanto, a própria sociedade lhe serve como obstáculo. Partindo desses pressupostos, surgem reflexões relativas à representatividade, em determinados espaços, de certos grupos até recentemente invisibilizados pela sociedade, como os de baixa renda, os negros, as pessoas com necessidades especiais, os indígenas, dentre outros. Sobretudo, em razão de atitudes discriminatórias e racismo.

Do ponto de vista nacional, o contexto de denúncias por racismo, de intensificação de reivindicações e, após grupos e entidades proporem para o Estado medidas de superação de desigualdades, bem como após o envolvimento do mundo todo nessa temática, a primeira década dos anos 2000 é marcada pelo início de uma extensa agenda de encontros, conferências locais e nacionais, além da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001. Em conformidade com essa última conferência, dentre as diversas declarações e acordos firmados entre entidades governamentais nacionais e internacionais, voltados para ações de combate ao racismo e para a valorização da diversidade, a Organização dos Estados Americanos (OEA) inclui a seguinte nota:

A diversidade cultural é um valioso elemento para o avanço e bem-estar da humanidade como um todo, e que deve ser valorizada, desfrutada, genuinamente aceita e adotada como característica permanente de enriquecimento de nossas sociedades (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2001, p. 3).

Nessa vertente, intensificaram-se os debates e questionamentos relativos à questão racial. No Brasil, no âmbito das políticas públicas e educacionais, instituiu-se a implantação de ações afirmativas, nas suas variadas modalidades, pensadas para fins de ampliação de acesso ao Ensino Superior por aqueles que lutam pela afirmação das diferenças. Paralelamente, iniciaram-se programas e projetos de mudanças desenvolvidos nas instâncias governamentais como Ministério da Educação (MEC), na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre outras (MUNANGA, 2006). Como resultado, nos últimos tempos, temas antes pouco debatidos ou considerados secundários têm se tornado cada vez mais frequente, e a ideia de diversidade e questão racial passou a conquistar maior espaço na academia e nas demais esferas sociais. Resulta, assim, em crescente afirmação das identidades, onde grupos e indivíduos reafirmam seus particularismos locais, suas identidades étnicas, raciais e culturais (FERREIRA, 2014).

Assim, os diferentes campos sociais passam a ser representados especialmente por relações étnico-raciais e por aqueles que lutam pela afirmação das diferenças. Isso ocorreu principalmente nas duas últimas décadas, devido à consolidação de apoio governamental a entidades sociais ligadas a grupos de movimentos sociais, destacando-se os Movimentos Negros (MN's), principais

protagonistas da luta antirracista, após longo processo histórico de reivindicações desses por políticas públicas voltadas à igualdade étnico-racial.

Seguindo essa vertente, o negro vem rompendo por meio da educação com as representações sociais formadas por grupos que sempre os subjugaram e os ignoraram. O presente estudo busca levantar e descrever o contexto da representatividade do negro no grau mais elevado de ensino, desenvolvido no âmbito da UnB, de modo específico na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE), por meio de uma triangulação de dados, classificados como documentais, quantitativos e qualitativos. Também, com utilização de métodos de análises bibliográficas e análise exploratória de dados demográficos do período de 2015 a 2019, além de aplicação de questionário a egressos cotistas de cursos de graduação e de realização de entrevistas com coordenadores de cursos de pós-graduação. Além disso, organizar um acervo de informações. Assim, delimita-se este estudo à representatividade da população negra nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, cursos acadêmicos, da FACE-UnB devido ao considerável quantitativo de amostragem populacional para realização da pesquisa.

A partir da revisão bibliográfica, considera-se o sistema de cotas, que foi a primeira ação pensada para grupos socialmente excluídos, no rol das políticas de ação afirmativa, contribuindo para o aumento da representação positiva do negro na Universidade em função das políticas de cotas na graduação. Ainda, considera-se a pouca adesão da política nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* implementada a partir de 2015. Beú (2015, p. 209, grifo do autor) afirma que “a Universidade de Brasília tem sido omissa no esforço para atender às demandas por uma política pública de ação afirmativa que estimule a ampliação ao acesso da população negra a cursos de pós-graduação *stricto sensu*”.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é **sistematizar informações que subsidiem a implementação de ações afirmativas na Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) com base nas representações sociais dos estudantes cotistas negros egressos da graduação**. Além disso, espera-se organizar um acervo de informações que sirvam de orientações aos gestores – fazedores da política – e possíveis interessados em ingressar na pós-graduação.

Ressalta-se que o interesse pela pesquisa decorre da atuação profissional da mestrandia, servidora técnica administrativa em uma Unidade Acadêmica de uma

universidade do setor público, onde atua há quase uma década. Assim, vivencia de forma rotineira a dinâmica de inserção discente em cursos *stricto sensu*, bem como a atuação docente, composta majoritariamente por professores brancos, e onde se pode observar os limites e possibilidades quanto aos processos de seleção e admissão discentes, baseados especificamente pelo critério de mérito.

As atividades técnico-administrativas na área acadêmica proporcionam, além do trabalho burocrático como preparação de matrícula, registros e processos dos alunos, planilhas de acompanhamento, dentre outras atividades rotineiras, o acesso ao conhecimento da dinâmica acadêmica em várias dimensões e relações, destacando-se também a visão holística do ambiente e o contato mais direto com seus representantes, incluindo coordenadores de cursos, servidores, docentes e discentes. Isso pode ocasionar certas indagações, pelas quais instiga-se levantar dados e discussões reflexivas a respeito das políticas educacionais e de inserção social vigentes no local de atuação profissional.

Essa escolha se deu, também, em detrimento de algumas experiências pessoais vivenciadas por mim, em fase escolar. Destaca-se casos mais específicos. O primeiro, em um dia de inverno, talvez um dos mais frios do ano, não foi possível ir à escola por falta de agasalho, pois as únicas peças de roupa que tinha para vestir era uma bermuda de algodão e uma blusa de malha fina. Além dessa experiência, ocorreram outras, como não ter material escolar necessário e adequado, incluindo livros. Ainda criança, aos dez ou onze anos, já ajudava em tarefas de casa, incluindo preparo de refeições e lavagem de roupas. Aos quatorze anos, senti necessidade de sair em busca do primeiro emprego e iniciei a vida profissional em uma sorveteria. Posteriormente, trabalhei em um escritório contábil e, desde então, a rotina foi de trabalho durante o dia, escola no período noturno e cursos profissionalizantes aos sábados e em períodos de férias da escola. Tudo isso dividido com as obrigações da casa e os custos pessoais. Ao passo que fui me profissionalizando, trocando de emprego e melhorando a renda, foi possível dar início à vida acadêmica, em uma faculdade particular, cursada com recebimento de bolsa parcial e de passe estudantil, concedidos pelo governo do Estado. Ao terminar o curso superior, iniciei os estudos preparatórios para concursos públicos, e no ano de 2010 ingressei na carreira pública federal, pela Fundação da Universidade de Brasília (FUB). No momento em que havia tido uma expansão das universidades, devido à prática de políticas públicas de inclusão, em razão de uma atuação mais ativa do governante da época. No mesmo

ano de ingresso na UnB, iniciei o curso de especialização em Gestão Universitária e, posteriormente, realizei diversos cursos profissionalizantes, todos esses promovidos pela Coordenadoria de Capacitação (PROCAP), da UnB, incluindo curso de idiomas, de elaboração de projeto, de redação oficial, dentre outros. Por fim, estou concluindo esse curso de mestrado profissional, ofertado a servidores dessa Instituição, além de estar participando ativamente do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq “SIGNO - Os significantes e significados do ensino e da produção de textos: pesquisa, reflexão, ação”.

Registra-se, ainda, que talvez as atitudes e determinações pessoais tenham partido do exemplo de uma das minhas irmãs, oito anos mais velha, a primeira da família a desbravar o mundo do conhecimento e uma eterna incentivadora. Dos exemplos vivenciados e relatados, cabe descrever uma analogia ao chamado **efeito bumerangue**.

Assim como ocorre em um chamado **efeito bumerangue**, a partir do momento em que uma política é lançada, há uma trajetória a ser percorrida até o alcance do alvo, ainda que não se saiba quanto tempo levará para chegar ao destino, mas se tem a certeza de que o retorno acontecerá. A medida em que a política educacional alcança determinados grupos de pessoas, os conhecimentos obtidos por esses grupos tendem a se multiplicar através de exemplos práticos e disseminação de novas culturas. Quanto maior o número de pessoas dotadas de conhecimentos acadêmicos e científicos, mais a sociedade, como um todo, tende a se beneficiar, de forma direta e indireta, ultrapassando, dessa forma, os limites previamente estabelecidos, assim como ocorre em um arremesso de bumerangue.

Diante do breve relato, ressalta-se a importância de políticas públicas voltadas à preparação, à profissionalização e ao ensino acadêmico da população menos favorecida, como incentivo ao avanço educacional, cultural e social. Nessa perspectiva, cabe apresentar brevemente a contextualização da representatividade étnico-racial na educação superior.

1.1 REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No âmbito da educação superior, nos últimos anos, tem havido uma notável diversidade multiculturalista em seu público acadêmico, especialmente étnico-racial, em virtude da implantação de políticas de inclusão nesse nível de ensino, mais

especificamente para a população que se autodeclara negra (preto ou pardo). Acesso esse marcado por lutas em prol de direitos, como os de igualdade e de dignidade, pelos demandantes das políticas, conforme já pontuado. Isso demonstra uma nova representação discente à Educação Superior brasileira, que tem se tornado cada vez mais colorida e plural.

Contudo, apesar da notória diversidade étnico-racial ocorrida nos últimos anos, estudos apontam que nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* a representatividade de alunos ainda é predominantemente de não negros. Fez-se necessário, portanto, analisar o contexto da representatividade do negro nos espaços mais elevados da academia, verificando junto aos egressos cotistas da graduação para identificar se há possíveis dificuldades ou barreiras impeditivas para o seu ingresso nos cursos de mestrado e doutorado. Além disso, é preciso conscientizar os gestores desses cursos sobre a importância de políticas de inclusão como meio de diminuição ou eliminação de tais barreiras. Portanto, esta pesquisa ganha relevância, uma vez que possibilitará dar maior visibilidade às principais políticas de inclusão de estudantes negros na Educação Superior *stricto sensu*, por meio de aprofundamento dos estudos na UnB, no período que compreende 2015 a 2019, período que engloba o ano de início da ampliação da política de ações afirmativas a cursos de pós-graduação. A Lei nº 13.005, de 2014 (BRASIL, 2014), que visa a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, além de favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado, e o ano de 2019, período de realização da pesquisa.

Nesse sentido, esse trabalho pretendeu levantar e descrever as representações sociais dos egressos cotistas negros titulados na FACE, além de investigar a percepção dos gestores acerca de políticas de ações afirmativas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Este trabalho tem, como produto final, a sistematização das informações que venham subsidiar ações para implantação da política na pós-graduação, bem como a organização de um acervo de informações que sirvam de orientações aos gestores – fazedores da política pública – e a possíveis interessados em ingressar na pós-graduação, com objetivo de se ressaltar a importância das políticas de inclusão para o aumento de uma representatividade étnico-racial positiva, também no campo das pesquisas científicas, em cursos de mestrado e doutorado. Assim, espera-se o reconhecimento da relevância do avanço

dessa política pública nessa renomada instituição de ensino, pioneira no sistema de cotas para a graduação.

Em razão da abrangência da temática e por limitação de tempo de elaboração desse trabalho, sugere-se aos demais pesquisadores uma proposta de formação de grupos de estudos compostos por professores e alunos da FACE, para discussão de temas específicos voltados para a diversidade e inclusão social, em que cada encontro poderá ter uma participação especial de pesquisadores ou alunos de outras unidades acadêmicas da Universidade. Um exemplo são os pesquisadores que foram peças-chave na implementação de ações afirmativas na UnB e alunos regulares ou egressos cotistas, relatando a experiência pessoal como forma de aprofundamento dos debates e esclarecimentos quanto à importância da política afirmativa na academia superior. Como incentivo à adesão de discentes aos grupos de pesquisa, a efetiva participação nos encontros poderá contar como créditos de disciplina.

1.2 PERCURSO

Para o encaminhamento prático do que foi discutido até aqui, com finalidade de alcance do objetivo geral, são apresentadas as questões de pesquisa, relacionadas aos objetivos específicos definidos. O Quadro 1 apresenta essas informações de forma detalhada.

Quadro 1 – Questões de pesquisa

Objetivos específicos	Questões de pesquisa
1. Quais documentos e estudos embasam as políticas públicas e educacionais para a ampliação de acesso da população negra ao Ensino Superior?	1. Sistematizar, em forma de coletânea, as políticas públicas e educacionais para a ampliação de acesso da população negra ao Ensino Superior.
2. Qual a representatividade dos estudantes negros em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UnB, acerca das políticas de ações afirmativas?	2. Levantar, junto aos sistemas eletrônicos da UnB, registros de alunos egressos cotistas (negros) formados, ingressados na pós-graduação.
3. Quantos são os egressos cotistas (negros) formados, ingressados na pós-graduação?	3. Descrever a percepção da necessidade de implantação de ações afirmativas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
4. É possível organizar dados relevantes que sirvam de subsídio para a implementação de uma política efetiva de ações afirmativas na pós-graduação da FACE?	4. Organizar um acervo de informações que sirva de orientações aos gestores – fazedores da política – e possíveis interessados em ingressar na pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Este capítulo apresenta conceitos teóricos e o processo histórico de representação social do negro no Brasil, além de seu contexto, com enfoque na trajetória de lutas e conquistas da população negra, e como se instituíram políticas públicas de inclusão social em universidades. O processo de inserção e representatividade positiva é apresentado em seguida, considerando também as barreiras e os desafios enfrentados pelos demandantes dessas políticas. Por último, são expostos os resultados de uma busca bibliográfica, técnica e demográfica sobre a influência dos fatores intervenientes na efetiva implementação de ações de inclusão em cursos de pós-graduação da UnB.

Assim, o trabalho tem a seguinte sequência de construto: (I) Conceito de representação social; (II) Representatividade negra na sociedade brasileira; (III) Políticas públicas e ações de equiparação; (IV) Política pública de ação afirmativa; e, por fim, o (V) Sistema de pós-graduação, que apresenta breves descrições do lócus da pesquisa e dos programas de pós-graduação ligados a essa Unidade Acadêmica pesquisada.

2.1 CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Originalmente o conceito de **representação social** vem do termo representação coletiva, com início nos campos da sociologia e antropologia, por meio dos autores Durkheim e Lévi-Bruhl. Posteriormente, foi implementado por pesquisadores como Moscovici (1978), Jodelet (2001), dentre outros. As abordagens sobre representação social, historicamente, vêm sendo ampliadas de forma evolutiva e por serem diversificadas e abrangentes, são discutidas não somente na área de Psicologia Social, como também em outras áreas multidisciplinares. De acordo com Crochík (1994), os conceitos mais variados sobre representação social começaram a surgir a partir das ponderações e críticas do psicólogo social Moscovici (1978, p. 26) sobre as definições de representação social já existentes, acerca da separação “indivíduo e cultura”, que para ele é “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamento e a comunicação entre os indivíduos”. Teorização essa posteriormente aprofundada por Jodelet (2001).

Moscovici (1978 *apud* JODELET, 2001) reconhece que a comunicação é fundamental para trocas e interações que favorecem a instituição de um universo consensual e remete aos fenômenos de influência e de pertencimento sociais como decisivos na elaboração dos sistemas intelectuais e sua configuração. Partindo da concepção de Moscovici (1978 *apud* JODELET, 2001) a comunicação classifica-se em três níveis: (1) Nível cognitivo, dispersão e distorção das informações inerentes ao objeto representado, desigualmente acessíveis segundo os grupos e em função dos interesses e da implicação dos sujeitos, e a pressão à inferência devida à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros; pode-se inferir, portanto, que o desenvolvimento pessoal pode influenciar a forma de comunicação, de forma geral, tornando o indivíduo mais apto a novas descobertas e novas capacidades cognitivas, levando-o a uma melhor interação com novos grupos sociais. (2) Nível dos processos de formação das representações, a objetivação (definida como a transformação de um conceito ou de uma ideia em algo concreto) e a ancoragem (processos de classificação e rotulação), nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas. Assim, enquanto a objetivação representa o processo no qual o sujeito transforma ideias subjetivas em construções concretas, tornando-o capaz de reconstituir a própria realidade, a ancoragem é o viés comum de naturalização de novos significados baseados na nova realidade vivenciada, o que torna o indivíduo capaz de novas aptidões para tomadas de decisão. (3) Nível das dimensões das representações, que têm influência na edificação das condutas: opinião, atitude e estereótipo. Nesse nível, o sujeito pode ser classificado, pela sociedade, de acordo com as ações e reproduções de atitudes existentes em seu grupo social, o que pode parecer incomum a outros grupos.

A comunicação é considerada o principal meio de difusão de representações pertencentes a grupos, a chamada pertinência social, que considera, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas (JODELET, 2001).

Nesse sentido, considerando que as representações sociais são dinâmicas e estão em constante modificação assim como as práticas sociais tendem a mudar constantemente. Jodelet (2001) afirma que a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e mediáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais. Reforça-se, portanto, a ideia de que a comunicação social, principal fator desencadeante de

transformação e mudanças da realidade social, está relacionada ao processo comunicacional, por meio de variados meios de disseminação do conhecimento como produção acadêmica, contextos políticos específicos, redes de comunicação institucionais formais e informais, mídia televisiva, redes sociais, dentre outros meios. Contudo, os agentes que estão presentes no processo de transformação também participam na manutenção das posições e das representações sociais dos sujeitos e seus grupos (SILVA, 2015). Assim, forma-se uma contínua construção de identidades e interpretação cultural dentro dos próprios grupos e em diferentes espaços. De acordo com Jodelet (2001), a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade, por comportar uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. Portanto, a valorização e a inclusão de diferentes povos e suas culturas, bem como o acolhimento e respeito aos seus saberes, pode ser, de forma geral, enriquecedor.

De acordo com Arruda (2002, p. 129),

Nas últimas décadas surgem 'novos personagens', atores sociais que requerem suas demandas, propondo à ciência novos conceitos a incorporar na análise da realidade, como o de gênero, ou levando-a a repensar categorias para poder levá-los em consideração, como é o caso da noção de novos movimentos sociais.

Os estudos e as ponderações de Moscovici (1978) são essenciais para reflexões relativas às questões colocadas pela sociedade, em um momento em que a sociedade tem início à redefinição de sua representatividade. Nessa vertente, a Teoria das Representações Sociais operacionaliza um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade (ARRUDA, 2002).

Dentro de uma expectativa contemporânea, representação social pode ser compreendida como: (a) Conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem lembrar um dado acontecimento, pessoa ou objeto; (b) Resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos; (c) Categoria de conhecimentos práticos direcionados à comunicação e à compreensão do contexto social, material e ideológico (fenômenos sociais); e (d) Formas de conhecimento evidenciadas como elementos cognitivos (imagens, conceitos, padrões, teorias) socialmente elaboradas e compartilhadas.

As representações sociais são, portanto, conjunto de conhecimentos, vivências e culturas compartilhadas entre determinados grupos de pessoas, as quais contribuem, coletivamente, para a construção de uma realidade comum a esse conjunto social. Esses saberes apreendidos influenciam a conduta dos indivíduos e

assim, conhecimentos e comportamentos antes desconhecidos tornam-se familiares, tornando possíveis variadas transformações de realidade sociais e de grupos.

Arruda (2002) afirma que, na prática, as representações sociais são formadas por dois universos distintos: (1) Consensual, por meio do senso comum e da conversação informal e vivências cotidianas; e (2) dos Conhecimentos Científicos, universo reificado no qual os indivíduos se solidificam no espaço social, com suas regras próprias e hierarquia interna. Ambos os universos atuam simultaneamente para moldar a realidade, conforme exemplificado por Arruda (2002). O Quadro 2 demonstra esse exemplo.

Quadro 2 – Representações sociais

Universos consensuais	Universos reificados
Indivíduo, coletividade	
NÓS	ELES
Sociedade = grupo de iguais, todos podem falar com a mesma competência.	Sociedade = sistema de papéis e classes diferentes → direito à palavra é desigual: <i>experts</i> .
Universos consensuais Sociedade de “amadores” e curiosos: conversação, cumplicidade, impressão de igualdade, de opção e afiliação aos grupos. Conhecimento parece exigência de comunicação → alimentar e consolidar o grupo. - resistência à intrusão.	Universos reificados Sociedade de especialistas: especialidade → grau de participação normas dos grupos → propriedade do discurso e comportamento. Unidade do grupo por prescrições globais, não por entendimentos recíprocos. - divisão por áreas de competência.
Representações sociais: - senso comum, consciência coletiva. - acessível a todos, variável.	Ciência: - retratar a realidade independente de nossa consciência. - estilo e estrutura frios e abstratos.

Fonte: Arruda (2002, p. 130).

Essas representações são elaboradas no âmbito dos fenômenos comunicacionais que refletem as mudanças e as interações sociais, condições determinantes na sua formação (ARRUDA, 2002). A exemplificação da autora demonstra como os processos de formação de indivíduo se estabelecem em um contexto comum ou em contextos hierarquicamente constituídos. É possível, ainda, perceber a possibilidade de mudança de nível, do universo comum para um universo mais elevado.

Celani e Magalhães (2002) destacam a importância de se considerar as questões políticas, ideológicas e teóricas dos contextos, denominados por elas de sócio-históricos e culturais, em que as representações surgem. Infere-se que, por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir e reproduzir comportamentos e interações com o meio, podendo resultar em uma modificação de ambos, marcando

época, região e sociedades. Transformam-se, portanto, de acordo com os aspectos sociológicos, políticos e educacionais a partir de vivências sociais, resultando na construção de uma realidade comum a um conjunto social, que se interliga entre cognição, afeto e ação, perfazendo o processo da representação de determinadas coletividades.

Para melhor compreensão do processo inerente à representação positiva do negro, por meio de políticas de inclusão, faz-se necessário conceituar brevemente a contextualização de sua representatividade na sociedade brasileira.

2.2 REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O processo histórico da população afrodescendente, no Brasil, demonstra que exemplos de luta e resistência estiveram sempre presentes em seu contexto social, sendo mais acentuado no início do Século XIX e ganhado força a partir do Século XX, quando os representantes dessas lutas são denominados de Movimento Negro (MN). Desde então, o MN vem lutando por seus direitos e por ampliação de espaços de aceitação e respeito na sociedade, em especial para a diminuição do racismo, para a igualdade de oportunidades e para a inclusão social.

De acordo com Gomes (2003, p. 171):

A identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.

A partir das afirmações de Gomes (2003), infere-se que a identidade do indivíduo depende de um amplo processo de construção, com início nas primeiras interações, no âmbito familiar, e na vivência escolar, comunitária e social. Essas experiências vivenciadas constituem o ser individual com predominância de determinadas culturas, socialmente partilhadas, que constitui marca e significados para esses grupos sociais. Portanto, o processo de formação educacional de indivíduos se inicia antes mesmo da escolarização, pois é formulado continuamente e de forma abrangente.

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1981) afirma que a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Nesse sentido,

depreende-se que, embora a população negra foi desprovida por muitas décadas do direito à inserção na sociedade e à educação, esses indivíduos são detentores de conhecimentos e culturas vivenciados e partilhados, possuem identidade própria e saberes importantes e necessários de reconhecimento.

Quanto às conquistas alcançadas, é relevante enumerar que, após mais de um século de lutas e reivindicações, uma das demandas do MN foi transformada em Lei, a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Nesta nova lei, se institui a obrigatoriedade de ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, no currículo oficial do Ensino Fundamental e Médio, de instituições de ensino públicas e particulares. O primeiro parágrafo do Artigo 26 inclui, ainda, que o conteúdo programático a ser desenvolvido pelas escolas deverá incluir o estudo da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2003). Posteriormente, a Lei nº 11.645, de 2008, complementou a obrigatoriedade de inclusão no currículo escolar da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (BRASIL, 2008) com finalidade de se estabelecer, nas redes de ensino, uma educação pautada na valorização da pluralidade de etnias, culturas e pensamentos, e no reconhecimento de saberes étnico-raciais negados ou distorcidos e, assim, propiciar uma visão crítica e integrativa de jovens provenientes de tais etnias.

Contudo, mesmo diante de algumas conquistas do MN e da implementação de leis educacionais que podem forçar o estudo da cultura afro-brasileira nas escolas do país, e da crescente valorização dos estudos direcionados à temática, ainda há muitas resistências no meio social e midiático quanto ao reconhecimento da importância do ensino de conceitos voltados à diversidade. Assim, estudos que demonstrem, em números, as desigualdades existentes, suas principais causas e meios de diminuição dessa disparidade tornam-se essenciais. Em vista disso, a seguir são pontuadas conceituações acerca de políticas públicas e ações de equiparação.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DE EQUIPARAÇÃO

De acordo com uma conceituação ampla, a política pública é concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, com vistas ao atendimento a

determinados setores ou grupos da sociedade civil. Portanto, tradicionalmente, são elaboradas a partir da detecção, por parte da sociedade, de determinados problemas, que exigem definição de objetivos e configuração de processos de ação por parte do Estado. Para Saravia (2007, p. 28):

Política pública trata-se de um fluxo de decisões públicas, condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social. [...] É um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

O sistema político atual, constituído por política de Estado e política de Governo¹, consolidou-se na dinâmica democrática e é constituído por múltiplos atores sociais, os quais são partes envolvidas nos processos decisórios, que podem resultar em inúmeras ações do Estado. Porém, nem sempre as políticas públicas emergem de forma harmoniosa. Muitas vezes, surgem em meio a conflitos após longo período de manifestação em razão de certas necessidades populacionais. Cabe destacar que o campo das políticas teve início nos Estados Unidos a partir do século XX, alastrou-se pelo mundo e prevalece até os tempos atuais, tendo inicialmente o modelo de centralização no governo.

No entanto, Quijano (2005) critica o modelo de política pública centralizada no governo, difundido como padrão de poder mundial, em razão da nacionalidade moderna ter sido instituída pelo estilo capitalista eurocentrado. Quijano (2005) enfatiza, ainda, que partindo desse modelo houve uma codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, na medida em que as relações sociais iam se configurando em relações de dominação e associadas às hierarquias predominantes. Isso leva a pensar que a linha de poder governamental predominante, em cada tempo histórico, pode instigar o estabelecimento de conjunturas sociais harmônicas ou dissonantes, como também elevar determinadas desigualdades nos extratos sociais.

Quijano (2005, p. 138, grifo nosso) destaca que:

cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre uma forma parcial e distorcida de observar a realidade e que essa é uma consequência inevitável da perspectiva eurocêntrica, na qual um evolucionismo linear e unidirecional amalgamado contraditoriamente com

¹ **Política de Estado:** Independe do governo e do governante para ser realizada, por ser amparada pela constituição. Passam pelo Parlamento ou por instâncias diversas. **Política de Governo:** São aquelas que o executivo decide em processo de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna. Cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas (ALMEIDA, 2016).

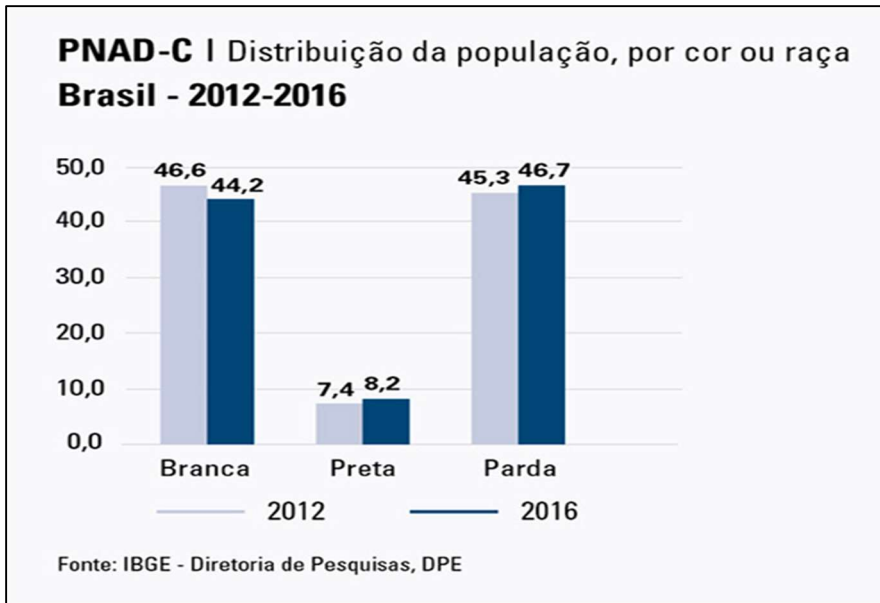
uma visão dualista da história; um dualismo novo e radical que separa natureza de sociedade, o **corpo da razão**.

A partir dos conceitos de Quijano (2005), é possível refletir a respeito dos eixos que sustentam as relações de poder contemporâneas, trazidas a partir de um desenho europeu/homogeneizador que teve início na constituição da América e foi pautado nas relações de poder e pelo critério de raça. Partindo desse modelo de Estado euro-americanizado infundido e imposto na América, as desigualdades raciais se estabelecem em todos os segmentos de renda, ressaltando os processos discriminatórios existentes nos diversos grupos e sociedades.

De acordo com Quijano (2005), política pública deve ser concebida de acordo com as necessidades de seus demandantes. No entanto, só é possível a partir de uma análise bibliográfica pautada no estudo do início das correlações de poder e destituição de alguns povos para perceber que, no Brasil, mesmo após mais de uma centena de anos de revogação da escravatura, ainda hoje o processo discriminatório, aliado a negligências do Estado, acentua as desigualdades sociais. Nessa vertente, cabe citar alguns estudos que demonstram, por meio de dados estatísticos, a contextualização em que se figura a questão racial e a desigualdade, predominantes na sociedade até os dias atuais.

A educação é considerada o meio pelo qual as pessoas podem elevar o nível de conhecimento e, em consequência, desenvolver o sentido de pertencimento a sociedade e a determinados espaços. No entanto, de acordo com pesquisas recentes, em meados da década de 1990, apenas 1,8% dos jovens negros cursava ou havia concluído o Ensino Superior. Seria razoável afirmar que a questão cor é irrelevante, caso a parcela pobre da sociedade fosse equivalente entre brancos e negros (TERCEIRO..., 2012). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2016, aponta que 54,9% da população é composta por negros e pardos. A Figura 1 representa essa distribuição.

Figura 1 – Distribuição da população, por cor ou raça



Fonte: Inocêncio (2018).

Henriques (2002) contribui teoricamente, por via de seus estudos, com uma conscientização da necessidade de uma política voltada para a ação antirracista que enfrente o desafio histórico estabelecido de forma naturalizada e que integre as perspectivas de um processo de desnaturalização da desigualdade racial. Ressalta, contudo, a importância de implementação de políticas educacionais pensadas nas classes menos favorecidas devido a processos historicamente pautados em discriminação e exclusão social.

Henriques (2002, p. 96), complementa:

[...] as diferenças fundamentais entre crianças e jovens de cor branca e de cor negra, no que se refere ao acesso, permanência e aprendizado, requerem políticas de inclusão com preferência racial, políticas ditas de ação afirmativa, que contribuam para romper com o circuito de geração progressiva de desigualdade. [...] Portanto, faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades entre brancos e negros estabelecendo políticas públicas explícitas de inclusão racial.

De acordo com Menezes Filho e Kirschbaum (2015), a partir dos anos 2000, em razão de ter se tornado uma das preocupações governamentais, algumas políticas foram colocadas em prática e houve elevação da escolaridade média da população e leve diminuição da desigualdade social. No entanto, estudos recentes apontam que os brancos e amarelos estão nos estratos educacionais mais elevados, e sua renda é mais elevada que a dos pretos e pardos, mesmo dos que estão nos mesmos estratos educacionais. Evidencia-se que há uma relação de discriminação visível no cenário brasileiro e que a desigualdade racial no país, existente desde o tempo colonial, ainda é irrefutável. Torna-se indispensável, portanto, uma avaliação anterior e posterior à

prática de ações públicas para os grupos vulneráveis socialmente, para que o processo político seja mais equitativo.

Garcia Filice (2011) afirma que, na avaliação de uma política educacional de caráter universal, exige-se reconhecer o peso das visões de mundo, da cultura e dos valores simbólicos que permeiam o processo desde a origem até a implantação de uma política. Portanto, para compreender a necessidade de uma ação política, é preciso, inicialmente, compreender o contexto social vivenciado pelo país e por seus habitantes, bem como identificar as diferentes representações sociais existentes, as razões pelas quais há preconceitos por parte de setores da sociedade e meios para diminuir a distância representativa entre coletividades. Cabe ainda frisar que na perspectiva de construção de iniciativas de lutas sociais por igualdade de oportunidade, a atuação do MN, protagonista dessa luta social, teve uma fundamental importância na contextualização histórica em que se inicia a institucionalização da representação étnico-racial positiva a partir das políticas afirmativas. Antes mesmo da implementação, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do MN no mundo todo, somando-se a esse, outros grupos discriminados e excluídos.

Conquanto, além das políticas pensadas para a minimização de certas discriminações, é necessário, também, cada vez mais levantar discussões inerentes à temática de inclusão, uma vez que a diversidade engloba todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua condição existencial (estrutura física, psíquica e/ou emocional, cor, etnia, religião, entre outros – MARQUES; ROMUALDO, 2015). Com base na experiência em termos de políticas de inclusão e de equiparação implementadas pela UnB, em 29 de agosto de 2012 foi constituída a Lei nº 12.711, que destina 50% das matrículas por curso e turno nas instituições de Ensino Superior públicas a alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, seguindo critério de renda (BRASIL, 2012b). A Lei só foi sancionada em 2014 e representou um marco importante na conquista de direitos até então não praticados pelas universidades.

Nessa linha, faz-se necessário conceituar políticas de ação afirmativa na Universidade de Brasília, devido aos demonstrativos de resultados positivos provenientes de sua implementação, especialmente para uma sociedade até pouco tempo invisibilizada e até o momento pouco representativa nos espaços acadêmicos e culturais.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

No início dos anos 2000, devido à atuação governamental de forma aberta a diálogos e ao atendimento de demandas sociais, em especial a partir de reivindicações de entidades e grupos ligados ao MN, foi promovida uma conferência em nível internacional, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU, a chamada Conferência de Durban, ocorrida na África do Sul, em 2001. Essa conferência foi marcada por discussões e decisões acerca de problemas sociais emergentes. Com vista à prática do que foi decidido nessa conferência, os países envolvidos assinaram uma declaração se comprometendo a desenvolver políticas que superem toda forma de racismo, discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas. Assim, foram firmadas diversas medidas, sendo as ações afirmativas uma das principais modalidades para correção e superação de desigualdades. Além das demais modalidades instituídas, como leis, implementação de cotas, projetos, ações entre outros.

Segundo Garcia Filice (2011), o foco nas políticas educacionais para a população negra insere-se no âmbito das políticas de ação afirmativa e denota uma área de atuação social do Estado brasileiro na desigualdade de oportunidades entre os diferentes segmentos. Ou seja, a modalidade de ação afirmativa, chamada cota racial, faz parte de políticas públicas implementadas para fins de correção ou diminuição de desigualdades raciais, acumuladas ao longo de anos e ainda presentes na sociedade. Atualmente, pode-se afirmar que a política de cotas raciais não seria legítima se a realidade social fosse outra, pois não existiria se não houvesse lacunas, e não teria êxito se não estivesse trazendo resultados perceptíveis à comunidade em geral.

As políticas afirmativas no país partem do conceito de equidade expresso na constituição vigente e busca oferecer igualdade de oportunidades a todos aqueles que não as tiveram, em razão de discriminação e racismo (BRASIL, [2018]). O principal objetivo desse marco legal é um aumento na representatividade dos negros, principalmente na comunidade acadêmica.

A política de cotas raciais na universidade é instrumento de inclusão social, de reparação de desigualdade histórica e de combate ao racismo e às distorções socioeconômicas produzidas por esta discriminação (SEGATTO; CARVALHO, 2018).

De modo geral, uma ação afirmativa não deve ser categorizada como um benefício, ou desconsiderada como justa. Todavia, faz-se necessária devido ao histórico de injustiças e de direitos que não foram assegurados, em detrimento do período de escravidão, da segregação racial e do racismo contra a população negra. Também é uma tentativa de diversificar o campo educacional. A educação superior é tida como instrumento de acesso ao conhecimento, responsável pela elevação social, cultural e econômica dos indivíduos. Contudo, até recentemente, pequena parcela da população tinha acesso a esse nível educacional, composto em sua maioria por pessoas de alto poder aquisitivo. Conforme pontua Quijano (2005), no Brasil, o direito à educação tem sido historicamente monopolizado pela elite econômica. Nesse sentido, a implementação de políticas de equiparação torna-se essencial como incentivo de participação das classes desprivilegiadas e, em consequência, obtenção de uma representação acadêmica diversificada.

A política de ação afirmativa foi introduzida em diversas universidades públicas, inicialmente na esfera estadual e, posteriormente, na federal. A Universidade de Brasília foi pioneira nesta modalidade, no âmbito federal, passando a vigorar a partir do segundo semestre de 2004, por meio do edital de vestibular para ingresso em cursos de graduação.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país. Em consonância com o STF, a partir da institucionalização pelo Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288 (BRASIL, 2010), e por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que prevê que 50% das vagas por instituição, curso e turno devem ser destinadas aos alunos provenientes da rede pública durante o nível Médio (BRASIL, 2012b). Prevê, ainda, o estabelecimento de uma segunda reserva de vagas, dentro do primeiro critério: uma porcentagem de 50% de estudantes oriundos de famílias com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e uma porcentagem de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos na referida unidade de ensino.

Nesse contingente, as ações afirmativas nos cursos de graduação, também chamadas de sistema de cotas, passaram a ser um dos exemplos de política pública promissora e bem-sucedida. De acordo com Dourado (2011), a partir da implementação de políticas no campo educacional durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período 2003-2010, teve início uma leve diminuição

das desigualdades sociais, baseado na meta instituída em seu governo de reversão da lógica da Educação Superior de um sistema de elite para um sistema de massa (DOURADO, 2011). Vale ressaltar, no entanto, que ainda há muito por se fazer, especialmente no campo da pós-graduação, uma vez que as pesquisas apontam para uma notável participação de não negros nesses cursos.

Recentemente, a chamada Lei das Cotas completou 15 anos de implantação. De acordo com Rita Segatto, do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, uma das precursoras da política de cotas raciais em universidades:

O grande mérito do projeto das cotas é uma mudança de hábito, do olhar. A proposta é, acima de tudo, pedagógica, pois ela consegue transformar as nossas expectativas a respeito de onde poderá ser encontrado 'o signo do negro' na vida brasileira. Esse signo foi marcando presença numa série de cenários onde antes não circulava. Chamo isso de pedagógico pois muda o nosso olhar e as nossas expectativas a respeito dos cenários onde a pessoa negra 'pertence'. Ela agora certamente passou a pertencer à universidade, sua presença passou a ser habitual nessa cena (SEGATTO; CARVALHO, 2018, s. p.).

Isso reforça o novo direcionamento do olhar da sociedade a grupos que estão tendo maior participação em novos espaços, principalmente no acadêmico. Nesse sentido, o idealizador da proposta de cotas na UnB, José Jorge de Carvalho, pontua os principais impactos na representação social do negro na universidade a partir da política quando afirma:

Mesmo com todas as resistências, o sistema de cotas levou a uma mudança radical no perfil racista, elitista, excludente e intelectualmente eurocêntrico e colonizado que caracterizava, até pouco tempo, não apenas a UnB, mas todas as universidades (SEGATTO; CARVALHO, 2018, s.p.).

É notório que, após uma década e meia das ações afirmativas, a representação social de estudantes negros e pardos vem mudando no Ensino Superior. Porém, a transformação não acontece na proporção que deveria para corrigir décadas de exclusão e segregação. Segundo dados do IBGE, em 2017, o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação foi de 9,3%. No início da década de 2000, esse número foi de 2,2%. Esse avanço mostra a importância da política de cotas raciais. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo do Ensino Superior 2016, mostrou um aumento de 30% nas matrículas de estudantes negros e pardos em cursos de graduação (MEC..., 2017).

No entanto, para garantir uma realidade aproximada do nível acadêmico entre negros e brancos, é fundamental a implementação, também, de outras modalidades

de políticas, voltadas à manutenção dos estudantes negros na universidade. Conforme afirma o professor Nelson Inocêncio (2018, *s.p.*),

Antes de falar em igualdade racial, temos que pensar em equidade racial, que exige políticas diferenciadas. Se a política de cotas não for suficiente, ainda que diminua o abismo entre brancos e negros, a gente vai ter que ter outras políticas.

Segatto e Carvalho (2018), além de destacar a importância das cotas para o avanço no crescimento do ingresso de estudantes negros nos cursos de graduação, pontuam vários desafios para que essa política alcance solidez, como combater as ações que tentam burlar o sistema, aprimorar a política para que esta proporcione também vagas para os estudantes na pós-graduação e se estenda à seleção de professores. Do mesmo modo, ressalta a importância de inclusão de saberes da população negra nos conteúdos acadêmicos. A professora Rita Segatto afirma que “não tinha noção da extensão do racismo no Brasil e no mundo acadêmico até fazer a proposta”. (SEGATTO; CARVALHO, 2018, *s.p.*). O modelo apresentado em 1999 foi diferente daquele implantado pela UnB em 2004. A implementação deveria ter sido monitorada, anualmente, por meio de avaliações da forma como a política estava sendo executada, objetivando o aperfeiçoamento da seleção. Também foi sugerido instituir uma comissão psicopedagógica visando apoiar os estudantes com dificuldades. Por último, seria criada uma ouvidoria para tratar questões relacionadas à discriminação no meio acadêmico (SEGATTO; CARVALHO, 2018).

No final da década de 1990, quando a UnB discutia intensamente a efetivação das cotas para negros e indígenas, foi realizado um levantamento acerca da identificação de professores negros na Universidade. Dentre 1.500 docentes, somente 15, ou seja 1%, eram negros. José Jorge Carvalho afirma que “esse duplo escândalo, de racismo institucional e extrema exclusão racial, foi decisivo como argumento em defesa das cotas raciais” (SEGATTO; CARVALHO, 2018, *s.p.*). Ressalta-se que, em quase duas décadas, a realidade atual não é muito diferente. Além do grande desafio em garantir o acesso no Ensino Superior e a permanência dos negros na universidade, é essencial, também, trabalhar formas de eliminação de exclusões internas.

Com o objetivo de ampliar ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação como respostas a lacunas sociais, em maio de 2016 foi sancionada pelo Ministro de Estado da Educação, a Portaria Normativa nº 13, em que foi determinada a implementação de ações afirmativas também nos cursos de pós-graduação (BRASIL, 2016), em consonância

com o Decreto nº 7.824 (BRASIL, 2012a), e considerando o estabelecido na Lei nº 12.288 (BRASIL, 2010), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Essa Portaria dava às instituições 90 dias para “apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas” (BRASIL, 2016, artigo 1), e para “criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das ações afirmativas propostas” (BRASIL, 2016, artigo 2).

Dadas as peculiaridades inerentes ao sistema de pós-graduação, optou-se por apresentar, no capítulo a seguir, a divisão categórica desses cursos, a forma de avaliação desses, e o panorama de cursos que contemplam ações afirmativas na UnB, com apresentação dos dados levantados por meio de uma das etapas da pesquisa documental do presente estudo.

2.5 POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ÂMBITO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNB

O sistema de pós-graduação no Brasil, regido por normas e regulamentos, se divide em duas categorias: (a) cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado nas modalidades acadêmico e profissional) e (b) cursos *lato sensu* (especializações). Os programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto acadêmico quanto profissional, são acompanhados institucionalmente por Decanato, por Colegiado (composto pelo coordenador e todos os professores credenciados no programa) e por Comissão de Pós-Graduação (composto por coordenador do programa e por professores coordenadores de linhas de pesquisa). Esses programas são avaliados, quadrienalmente, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cabe conceituar, separadamente, as duas modalidades de pós-graduação *stricto sensu*. O Mestrado e Doutorado acadêmico visam a formação de pesquisadores, sendo o mestrado a ponte usual para posterior entrada no doutorado. O Mestrado e Doutorado Profissional se diferem do acadêmico por ser de cunho profissionalizante, voltado para pesquisas inerentes ao campo de atuação na instituição de atuação profissional. No entanto, só podem ser financiados via empresas ou por outras organizações pertencentes ao Estado (BRASIL, 1999), em razão da admissão, por parte do Conselho Nacional de Educação, da Portaria nº 80,

de 1998, da CAPES, com o seguinte artigo 6º: “Os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento” (BRASIL, 1999, artigo 6).

A CAPES, autarquia do MEC, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados da Federação (CAPES..., 2018). A cada quatro anos, a CAPES avalia os Programas de Pós-Graduação com base em diversos critérios, que incluem produções científicas, bibliográficas e tecnológicas, além de questões relacionadas à inserção social, projetos de pesquisa, internacionalização, dentre outros. Por meio da avaliação, os programas podem ter o conceito elevado ou diminuído, dependendo da nota atribuída. A nota é variável entre 1 e 7², sendo 7 a nota ou conceito máximo para cursos da modalidade acadêmica e 5 o conceito máximo para cursos de modalidade profissional. Além dos programas buscarem elevação de desempenho acadêmico e produtividade com o objetivo de alcançar excelência e destacado reconhecimento, também prezam por uma boa avaliação como instrumento importante para o recebimento de auxílios financeiros pelas agências de fomento nacionais, através de financiamento de bolsas e de projetos de pesquisas. Cabe ressaltar que qualquer eventual redução da nota poderá impactar diretamente na disponibilização desses recursos e os programas de pós-graduação que recebam notas 1 e 2 têm desempenho insuficiente para permanecer em funcionamento, sendo desativados em ambos os casos (CAPES, [2020]).

Conforme já pontuado, pesquisas apontam que, no âmbito da UnB, a implementação da política de ações afirmativas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ainda é incipiente. De acordo com Beú (2015), no ano de 2015, apenas quatro de seus noventa e quatro programas de pós-graduação em funcionamento, ou seja 4,2%, reservava vagas.

A pesquisa aponta, ainda, que a UnB compõe o grupo de universidades pioneiras em implantar reservas de vagas por meio de iniciativas isoladas, de unidades acadêmicas ligadas à Antropologia, à Sociologia, ao Direito e aos Direitos Humanos e Cidadania (BEÚ, 2015), ou seja, os resultados sinalizam uma aderência maior à prática de política de ações afirmativas por cursos da área de ciências

² A avaliação é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. Ela gera notas, que vão de 1 a 7. Notas 3 (regular), 4 (bom), 5 (muito bom), e notas 6 e 7 (excelente) constituem referências para as Áreas. As notas (ou conceitos) 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso (CAPES, [2020]).

humanas e sociais, denotando, portanto, que cursos de outras áreas continuam resistentes à política.

Em maio de 2018, foi instituído pelo Decanato da Pós-Graduação (DPG) da UnB, uma proposta de adoção de políticas de ação afirmativa na pós-graduação da Universidade de Brasília, elaborada por uma comissão composta pelos pesquisadores Bergmann Morais Ribeiro, Renísia Cristina Garcia Filice e Joaze Bernardino Costa (DPG, 2018). Essa proposta foi elaborada com vistas ao incentivo de continuidade do sistema de cotas iniciado na graduação da UnB, aprovada em 2003, e que objetiva alcançar a igualdade étnica e racial nas suas três dimensões articuladas: graduação, pós-graduação e docência. O documento, em fase preliminar de elaboração, foi encaminhado aos programas de pós-graduação da UnB pelo DPG, que solicitou uma devolutiva dos programas com manifestação relativa à adoção da política nessas Unidades Acadêmicas. Contudo, ainda que se tenha efetuado essa iniciativa de institucionalização por parte do Decanato, observa-se que não houve resultados satisfatórios quanto à adesão pela maior parte dos programas.

Diante do exposto, fez-se necessária a realização de uma pesquisa comparativa, por meio de levantamento quantitativo de egressos cotistas inseridos em cursos de pós-graduação da UnB, para se verificar a efetividade da oferta de vagas destinadas à ação afirmativa pelo Programas de Pós-Graduação. Os dados encontrados serão apresentados no tópico que se segue.

2.5.1 Egressos cotistas inseridos em cursos de pós-graduação

Para análise da efetividade da política afirmativa em cursos de pós-graduação, por meio de levantamento de dados atuais, verificou-se, estatisticamente, os cursos *stricto sensu* da UnB que já incorporam política inclusiva em seus editais, como meio de subsidiar o incentivo à aderência também nos demais cursos. Para o levantamento, foram escolhidos, de forma proposital, oito cursos de pós-graduação ligados à área de Ciências Humanas e Sociais, sendo três da FACE, que não adotam o sistema de cotas em seus editais, e outros três programas que possuem políticas de ações afirmativas. Assim, realizou-se, por meio do Sistema de Registros de Alunos da Graduação (SIGRA), pesquisa de dados de alunos egressos cotistas autodeclarados negros de quatro departamentos de graduação da FACE: Administração (ADM), Ciências Contábeis e Atuariais (CCA), Economia (ECO) e Gestão de Políticas

Públicas (GPP); e de quatro outros departamentos de graduação da UnB, a saber: Instituto de Ciência Política (IPOL), Instituto de Ciências Sociais (ICS), que engloba os cursos Antropologia e Sociologia; e da Faculdade de Direito (FD). Foram avaliados dados dos turnos diurno e noturno, concluintes entre os períodos 1/2015 e 1/2019. Ressalta-se que a escolha desses oito cursos se deu em caráter de amostra, em virtude da amplitude de seu universo discente.

Por meio dos dados coletados via SIGRA, foi possível verificar, por meio de consulta ao Sistema de Registro de Alunos de Pós-Graduação (SIPPOS), se os alunos cotistas egressos, titulados na graduação dos cursos pesquisados, ingressaram em cursos de pós-graduação *stricto sensu* na universidade nos anos seguintes, entre 2016 e 2019. Os dados dessa pesquisa revelam que, no âmbito da FACE, em um quantitativo de 114 cotistas titulados no período pesquisado, distribuídos entre os quatro cursos de graduação ofertados, apenas 2 egressos do curso de Ciências Econômicas encontram-se inseridos em curso de pós-graduação da mesma área, ou seja, uma representatividade de apenas 2,28%.

Nas demais áreas de graduação da FACE, Administração, Ciências Contábeis e Gestão de Políticas Públicas, não houve registro de egressos matriculados em quaisquer cursos de pós-graduação da UnB. O Quadro 3 apresenta os dados detalhados.

Quadro 3 – Número de alunos cotistas egressos dos cursos de graduação ligados à FACE matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*

Administração – Formados 1/2015 a 1/2019				
Cotistas titulados	Cota	Turno	Inseridos em pós-graduação	Curso
42	Negro	Diurno/Noturno	0	Administração
Ciências Contábeis – Formados 1/2015 a 2/2018				
Cotistas titulados	Cota	Turno	Inseridos em pós-graduação	Curso
27	Negro	Diurno/Noturno	0	Ciências Contábeis
Ciências Econômicas – Formados 1/2015 a 2/2018				
Cotistas titulados	Cota	Turno	Inseridos em pós-graduação	Curso
23	Negro	Diurno	2 (Mestrado – 2018)	Ciências Econômicas
Gestão de Políticas Públicas – Formados 1/2015 a 1/2019				
Cotistas titulados	Cota	Turno	Inseridos em pós-graduação	Curso
22	Negro	Noturno	0	Gestão de Políticas Públicas
Total de egressos cotistas	Total de ingressantes na pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>			Total de cursos
114	2			4

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Ressalta-se que, em todos os cursos da FACE há sistema de cotas na graduação, mas ainda não há nos cursos de pós-graduação. Conforme detalhado, o resultado da pesquisa demonstra que houve registro de apenas dois egressos do curso de Ciências Econômicas, sendo que esses se encontram ingressados no curso de Pós-Graduação em Economia (PPG-ECO), mesma área da titulação.

Nos demais cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, além de cotas na graduação, há cotas também na pós-graduação desde 2017. Os dados pesquisados demonstram que em um quantitativo de 138 alunos cotistas titulados, 11 estão devidamente ingressados em diferentes cursos de pós-graduação na universidade. Dentre os cursos ligados a Ciências Humanas e Sociais, os alunos estão distribuídos em três programas distintos: um (1) aluno está matriculado no curso de pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, ligado à Sociologia; um (1) aluno está matriculado no curso de Sociedade e Transferência Sociológica, também ligado à Sociologia; e dois (2) alunos estão matriculados na pós-graduação em Antropologia. Em vista disso, os resultados da pesquisa demonstram que 15,18% de egressos cotistas tiveram ingresso em cursos de pós-graduação da UnB durante os anos de 2016 e 2019, sendo dois (2) registros em Ciência Política, cinco (5) em Direito, e quatro (4) em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia, que também oferece vagas por meio de cotas), conforme detalhado no Quadro 4.

Quadro 4 – Número de alunos cotistas egressos de cursos de graduação em Ciências Humanas e Sociais matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*

Ciência Política – Formados 1/2015 a 1/2019				
Cotistas titulados	Cota	Período	Ingresso em pós-graduação	Curso
42	Negro	Diurno	2 (mestrado – 2017)	Ciência Política
Direito – Formados 1/2015 a 1/2019				
Cotistas titulados	Cota	Período	Ingresso em pós-graduação	Curso
61	Negro	Diurno	5 (1 em 2016, 1 em 2017, 2 em 2018 e 1 em 2019)	Direito
Ciências Sociais - Formados Período: 1/2015 a 1/2019				
Cotistas titulados	Cota	Período	Ingresso em pós-graduação	Curso
35	Negro	Diurno/Noturno	4	Ciências Sociais
Total de egressos cotistas	Total de ingressantes na pós-graduação <i>stricto sensu</i>			Total de cursos

138	11	3
-----	----	---

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Por meio dos dados encontrados, observa-se a diferença de percentual de alunos egressos cotistas inseridos em cursos de pós-graduação. Enquanto os cursos que ofertam vagas de ações afirmativas na pós registraram um total de 15,18% em seus Programas, tendo maior índice no curso de direito, os cursos que não ofertam ações afirmativas apresentaram um percentual de inserção de apenas 2,28%, em curso de mestrado, no Programa de pós em Economia.

Evidencia-se, assim, a relevância de implantação da política de ação afirmativa nos diferentes cursos de pós-graduação da UnB, devido à eficácia quanto à captação de egressos cotistas interessados nessa modalidade educacional. Denota-se ainda que, por esse sistema ser ainda pouco acatado pelos programas, há necessidade de uma maior discussão sobre a importância de uma determinação mais efetiva, vinda de Órgãos superiores como o DPG e a CAPES, como forma de instituir e normatizar a implantação de tais políticas em todos os cursos de pós-graduação da instituição, em especial aos que ainda não aderiram à política, como os Programas de Pós-Graduação ligados à FACE. Para que essa iniciativa possa encorajar e atrair os demandantes das políticas afirmativas, provenientes dessa Universidade ou de outras instituições.

A seguir será descrito, detalhadamente, o percurso metodológico da pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para o levantamento dos dados, esse estudo utilizou a combinação de três métodos distintos de coleta: documental, quantitativa e qualitativa. Contou-se, portanto, com a técnica de triangulação de dados, por haver tratamento, cruzamento e análise de diferentes abordagens, com utilização de dados primários e secundários. De acordo com Zappellini e Feuerschütte (2015, p. 246): “triangulação é o procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos) [...], com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado.

A pesquisa fundamentada em métodos de coleta, juntamente com a triangulação dos dados coletados em fontes distintas, é a alternativa empregada para consolidar e dar credibilidade a partir do emprego de mais de um método. A triangulação permite ampliar as atividades de pesquisa empregando mais de um método, mais de uma fonte de dados ou mais de um pesquisador (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015). Por essa razão, para aumentar a confiabilidade da pesquisa, foram utilizados para análise os editais de processo seletivo dos cursos de pós-graduação da UnB, os questionários aplicados com os egressos cotistas da FACE e três transcrições de entrevistas com coordenadores de pós-graduação da FACE.

Quanto aos fins, foi feita uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, uma vez que se buscou descrever as considerações dos egressos ainda não ingressados em cursos de pós-graduação. Quanto aos meios, a pesquisa teve cunho quantitativo, documental e de campo, posto que foi realizada entrevista com coordenadores de cursos de pós-graduação, realizadas consultas em documentos, sistemas e páginas eletrônicas oficiais da instituição pesquisada – dados secundários –; bem como realizadas pesquisas no ambiente externo para captação de dados de egressos por meio de questionários estruturados – dados primários.

Como fontes complementares de dados, e com o intuito de compor uma visão geral do panorama da pós-graduação da UnB que oferta vagas destinadas a ações afirmativas, levantou-se dados via consulta aos Editais de seleção para cursos de Mestrado, Mestrado profissional e Doutorado, disponíveis na página do DPG, publicados nos períodos de seleção entre 2/2016 e 2/2019. Por meio do levantamento foi possível evidenciar que, de um total de 89 cursos de áreas distintas, no período pesquisado, apenas 20 cursos ofertaram vagas destinadas a ações afirmativas,

demonstrando assim a adesão do sistema de cotas por apenas 17,8% dos programas de pós-graduação atualmente ativos da UnB. Os dados encontrados denotam uma maior incidência de adesão por cursos ligados à área de Ciências Humanas e Sociais; seguido da área interdisciplinar. Destacou-se como principal modalidade de reserva de vagas para: negros e indígenas, e, em menor incidência somente para negros, além de outras modalidades ofertadas por cursos mais específicos. O curso de Sistemas Mecatrônicos, por exemplo, tem reserva de vagas para pessoas com deficiência e o curso de Artes Cênicas inclui também vagas para quilombolas, travestis e transsexuais. O período de maior adesão da política pelos programas foi o ano de 2017, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 – Programas de pós-graduação da UnB com política de ação afirmativa

(continua)

	Programa de pós-graduação	Modalidade de curso	Público da ação afirmativa	Início adesão
1	Antropologia	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2017
2	Artes cênicas	Mestrado acadêmico	negros/indígenas/quilombolas/ pessoas c/ def./ travesti e transsexuais	1/2017
3	Ciência Política	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2017
4	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – CEAM	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2018
5	Direito	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2017
6	Direitos Humanos e Cidadania	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	2/2016
7	Educação	Mestrado e doutorado	negros/indígenas/pessoas com deficiência	2/2017
8	Engenharia Biomédica	Mestrado	negros/indígenas	2/2018
9	Estudos da Tradução	Mestrado acadêmico	negros/indígenas	2/2017
10	Filosofia	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2018
11	História	Mestrado e doutorado	negros	2/2017
12	Linguística Aplicada	Mestrado	negros/indígenas	1/2017
13	Literatura	Mestrado e doutorado	negros	1/2019
14	Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	Mestrado	negros/indígenas	1/2017
15	Metafísica	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2017
16	Política Social	Mestrado e doutorado	negros/indígenas	1/2018
17	Propriedade Intelectual e Transformação de Tecnologia para a Inovação	Mestrado Profissional	negros	1/2019

Quadro 5 – Programas de pós-graduação da UnB com política de ação afirmativa

	Programa de pós-graduação	Modalidade de curso	Público da ação afirmativa	Início adesão
18	Sistemas Mecatrônicos	Mestrado e doutorado	peessoas portadoras de deficiência	2/2018
19	Sociologia	Mestrado e doutorado	negros	1/2017
20	Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs)	Mestrado Profissional	negros/indígenas	1/2019

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A seguir, apresenta-se o tipo e a descrição geral da pesquisa.

3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa foi realizada no âmbito da UnB, por meio de levantamento de cursos com oferta de vagas de ações afirmativas em editais de processos seletivos para cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, publicados na página eletrônica do DPG. É uma pesquisa do tipo técnica, por ter tido coleta de dados internos de alunos cotistas egressos de turnos diurno e noturno titulados em cursos de graduação, bem como levantamento de registro desses egressos, em cursos de pós-graduação, através de buscas por meio dos sistemas eletrônicos institucionais: SIGRA e SIPPOS.

O delineamento proposto para a segunda etapa, trata-se de abordagem exploratória-descritiva por meio de análise de questionários de múltipla escolha, encaminhados a egressos cotistas (negros) de graduação, com utilização de *Survey* como método. Além disso, também foi realizada a análise de entrevistas estruturadas com os coordenadores de cursos de pós-graduação, modalidade acadêmico, da FACE. Cabe frisar que foi feita a opção pelos métodos escolhidos por serem considerados como processos rápidos para a obtenção das informações, uma vez que a pesquisa envolve acesso à diferentes fontes de dados.

O levantamento foi feito com corte transversal, com dados coletados em um determinado momento de tempo (CRESWELL, 2010). Foi delimitado o período compreendido entre os anos de 2015 e 2019, relativos ao ano de início da ampliação da política de ação afirmativa a cursos de pós-graduação e o ano de elaboração da pesquisa. A seguir, apresenta-se a caracterização e o lócus do estudo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, SETOR OU ÁREA LÓCUS DE ESTUDO

A Universidade de Brasília, escolhida para o estudo, foi criada no início da década de 1960 e inaugurada com a prerrogativa de ser uma instituição com novo modelo de Ensino Superior, “uma ideia de universidade multifuncional, organicamente flexível e administrativamente racional, exigindo padrões de eficácia e efetividade institucional novos, em relação ao Padrão Brasileiro de Ensino Superior fossilizado” (FRAGA; SIANO, 1991, p. 162). Assim, uma instituição que teve como fundadores Darcy Ribeiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Anísio Teixeira torna-se protagonista nas discussões em ações para a Educação Superior no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 2000, a UnB adentrou ao século XXI já com inovações, provando mais uma vez o seu pioneirismo e comprometimento com a transformação social no país. Foi a primeira universidade federal a instituir o seu próprio sistema de cotas para negros. Também firmou convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para que indígenas pudessem ingressar na universidade. Com a expansão da UnB, o sistema estendeu-se aos *campi* Ceilândia e Planaltina (SCHARDONG, 2017).

No entanto, embora a Universidade de Brasília tenha sido pioneira, na esfera federal, na implantação de políticas públicas de ação afirmativa e ter se tornado exemplo no sistema de cotas para negros nos cursos de graduação em 2004, algumas pesquisas constataam que ainda é iniciante no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado) com relação às questões que circundam esse tipo de política. Assim, a partir de questionamentos e sugestões que apontaram para uma tendência de ampliação do sistema de cotas para a pós-graduação *stricto sensu*, em 2014, o governo sinalizou um incentivo a essa tendência ao estipular a meta 14.5 do Plano Nacional de Educação (PNE – BRASIL, 2014), colocando o desafio de aumentar o percentual de negros mestres e doutores no Brasil. Por conseguinte, no âmbito das políticas voltadas à Educação Superior brasileira, foi sancionada a Portaria Normativa nº 13/2016, em que foi determinado, pelo Ministro de Estado da Educação, a implementação de ações afirmativas nos cursos de pós-graduação (BRASIL, 2016), em consonância com o Decreto nº 7.824/2012 (BRASIL, 2012a) e considerando o estabelecido na Lei nº 12.288/2010 (BRASIL, 2010), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Essa ação teve o objetivo de ampliar ações

de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação como respostas a lacunas sociais.

Com vias à delimitação do lócus proposto na pesquisa, a seguir são apresentadas as descrições detalhadas da FACE e dos três Programas de Pós-Graduação existentes nessa Unidade.

3.2.1 Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

A FACE, da Universidade de Brasília, é voltada para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (FACE, [2016]). A Faculdade foi formalmente instituída em 2003 por transformação da antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados (FA), composta inicialmente pelos Departamentos de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais. Em 2009, o curso de Gestão em Políticas Públicas passou a integrar a FACE como departamento de Gestão de Políticas Públicas (FACE, [2016]).

Cabe ressaltar que a FACE é pioneira no ensino noturno na UnB, uma vez que o curso de Administração é o primeiro curso noturno da Universidade. Atualmente, a Faculdade oferece os seguintes cursos (FACE, [2016]):

- a) **Graduação:** Administração (diurno e noturno), Ciências Contábeis (diurno e noturno), Economia (diurno) e Gestão de Políticas Públicas (noturno); e
- b) **Pós-Graduação:** Com cursos acadêmicos de Mestrado e Doutorado em Administração, Contabilidade e Economia; e cursos de Mestrado profissional em Administração e em Economia.

No tocante a questões voltadas à inclusão, no ano de 2019 foi criado e instituído, por iniciativa de um docente do PPGA, com apoio de discentes ligados ao Programa, o Centro de Cultura e Estudos LGBT no Ambiente de Trabalho. Desde então, esse núcleo de pesquisa e estudos tem promovido eventos e encontros, nos quais tem resultado em importantes debates e reflexões acerca da temática.

Em razão da forma diferenciada de seleção, adotada pelos programas de pós-graduação existentes na FACE, a seguir são apresentados, individualmente, cada um desses programas, bem como a descrição das exigências em processos seletivos para os cursos de mestrado e doutorado.

3.2.2 Programa de Pós-Graduação em Economia (PPG-ECO)

O curso de Mestrado Acadêmico em Economia destina-se a alunos graduados em geral que desejam aprofundar seus conhecimentos em teoria econômica básica e seus campos de especialização. Confere o título de Mestre em Economia e tem como uma das suas finalidades iniciar o estudante na carreira de pesquisador. Os candidatos aprovados no exame de seleção recebem, em geral, uma bolsa de estudos para o período do curso, que exige dedicação exclusiva do aluno (PPG-ECO, [2020]).

O curso de Doutorado em Economia é dirigido a todos os graduados em geral, portadores ou não de títulos de Mestre, que desejem aprofundar seus conhecimentos sobre teoria econômica geral e sobre dois ou mais campos de especialização, objetivando um avanço qualitativo nas suas carreiras de docente e/ou pesquisador (PPG-ECO, [2020]).

O curso de Mestrado Profissional em Economia constitui-se em opção de capacitação e aperfeiçoamento profissional para todos aqueles que, egressos dos cursos de graduação plena de nível Superior, defrontam-se com as complexas mudanças que estão a ocorrer na economia e na sociedade contemporâneas e os seus correspondentes impactos no mercado de trabalho. Em decorrência desse contínuo processo de mudança, requerem-se, cada vez mais, profissionais com elevado nível de atualização técnica para atuarem com base em padrões de elevada competência técnica (PPG-ECO, [2020]).

O processo seletivo para o mestrado acadêmico é realizado tomando como base os resultados dos candidatos com melhores classificações no exame anual promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Esse exame é realizado por meio de provas escritas (PPG-ECO, [2020]).

3.2.3 Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

O Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) iniciou suas atividades com o curso de Mestrado Acadêmico em 1976, seguido do Mestrado Profissional em 2004 e do Doutorado em 2006. Trata-se de um dos PPGAs mais antigos do Brasil e que se consolidou como centro de excelência nos últimos 12 anos (PPGA, [2016]). Atualmente, o Programa de Mestrado Acadêmico e Doutorado é nota 5 pela CAPES, considerado muito bom, e o Programa de Mestrado Profissional

recebeu nota máxima para a modalidade, na última avaliação quadrienal da CAPES, ocorrida em 2017, se consolidando como o único do país voltado para gestão pública a receber esse conceito (PPGA, [2018]).

A missão do PPGA é formar pesquisadores e gestores por meio da criação e disseminação do conhecimento e do estímulo à criatividade, ao pensamento crítico e reflexivo e à atualização permanente. Dentre os valores, incluem o pluralismo acadêmico, a igualdade no tratamento, o respeito ao outro, o respeito às normas e procedimentos, a meritocracia, a transparência, além de cordialidade e profissionalismo nas relações entre funcionários, professores e alunos (PPGA, [2016]).

Dentre as etapas do processo de seleção, é necessária a certificação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) com pontuação mínima de 300 pontos (equivalente a 50% do total da prova). A pontuação do candidato é somada à média final como critério de classificação, além de avaliação do pré-projeto de pesquisa e de prova oral.

O Programa oferece, desde 2018, processo seletivo destinado a estrangeiros, para candidatos com residência permanente no exterior, refugiados políticos e portadores de visto humanitário residentes no Brasil. Em sua primeira edição ofereceu cinco vagas, uma para Doutorado e quatro para Mestrado Acadêmico.

3.2.4 Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)

Os cursos de doutorado e de mestrado em Ciências Contábeis possuem, como objetivo, a formação de pesquisadores juniores e seniores na área de Ciências Contábeis, estimulando o desenvolvimento de pesquisas em organizações públicas e privadas, a partir dos conhecimentos adquiridos na área (PPGCONT, [2019]).

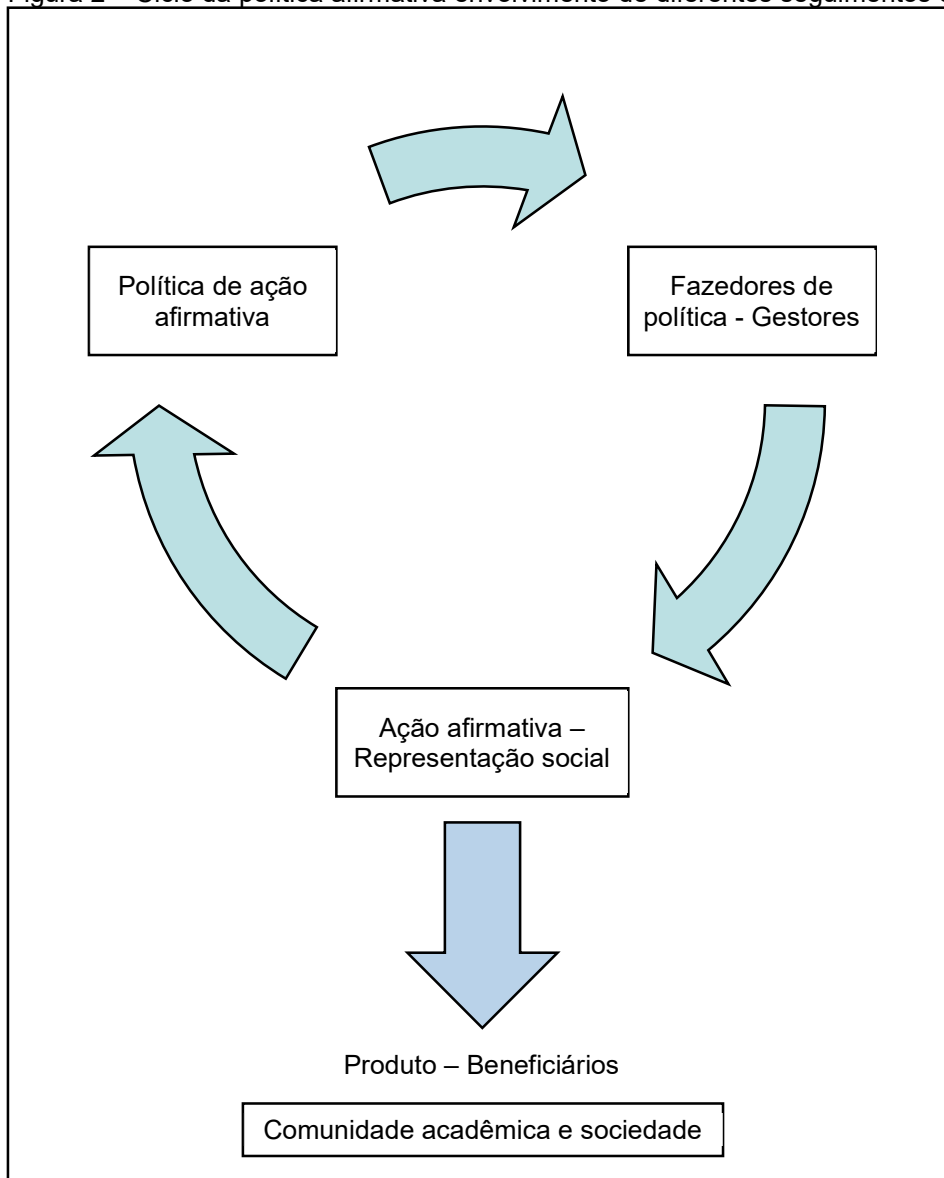
Dentre as formas de avaliação no processo seletivo estão a prova escrita e objetiva, dividida em três partes que versam acerca de temas sobre Contabilidade Financeira, Gerencial e Métodos Quantitativos. Além disso, é exigida a elaboração de redação e tradução de texto técnico em língua inglesa para a língua portuguesa; realizada uma prova oral; feita uma avaliação de pré-projeto de pesquisa; e avaliado o currículo. Há, ainda, processo de seleção para alunos estrangeiros, para preenchimento de vagas dos cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O estudo, realizado com utilização de métodos múltiplos, teve como população participante e amostral, para a pesquisa documental e quantitativa, os discentes cotistas egressos (negros) titulados em cursos de graduação ofertados por distintos departamentos da UnB. Para o levantamento qualitativo, a população participante foram os coordenadores atuantes nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, modalidade acadêmico, da FACE. Portanto, o construto teve relevância tanto acadêmica, quanto social. Acadêmica, pois o estudo poderá contribuir com os pesquisadores sobre a temática em questão, de forma a complementar os resultados encontrados como meio de verificar a eficiência e a viabilidade da oferta de políticas de ação afirmativa nos diferentes programas de pós-graduação, bem como contribuirá para o fortalecimento do desenvolvimento sólido e equitativo desses programas, como forma de garantir que exista unidade no trato das questões relacionadas a tais políticas. Teve relevância social também, uma vez que a pesquisa envolveu alunos egressos que já se beneficiaram da política na graduação e que poderá se beneficiar, também, em cursos mais avançados. Ademais, como articulação de uma visão atrativa a possíveis novos demandantes.

Para se compreender o fenômeno social, deve-se buscar a realização de um estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas (CRESWELL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 2010). Nesse sentido, considerando que a política afirmativa acontece por meio de um ciclo, o estudo seguiu uma ordem de envolvimento de diferentes seguimentos e atores, dos gestores da política aos beneficiários. A Figura 2 ilustra isso.

Figura 2 – Ciclo da política afirmativa envolvendo de diferentes seguimentos da instituição



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A pesquisa se desenvolveu, portanto, com participação de atores envolvidos em três pilares primordiais: (a) os reivindicadores de políticas reparatórias como os MN's (descritos no estado do conhecimento); (b) os fazedores da política (coordenadores de cursos de pós-graduação da FACE); e (c) os demandantes sociais (egressos cotistas e possíveis beneficiários em cursos de pós-graduação). Buscou-se percorrer, dessa forma, cada uma das etapas necessárias ao levantamento dos dados: do estado do conhecimento, da representatividade étnico-racial discente na academia e, por fim, das percepções dos gestores dos cursos de pós-graduação.

A amostra populacional discente contou com a demonstração representativa dos egressos cotistas, modalidade étnico-racial, titulados na graduação da FACE

entre os anos de 2015 e o segundo período letivo de 2019, dos cursos ADM, CCA, ECO e GPP. A amostra contou com um total de 113 egressos cotistas formados no período pesquisado.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar que o curso de maior abrangência é o de Administração, com uma representatividade de 37,2% do total de alunos egressos da FACE, seguido pelo curso de Ciências Contábeis, com 23,8%, Economia, com 18,6%, e, por último, Gestão de Políticas Públicas, com 20,4% do total de egressos. A Tabela 1 apresenta essas informações detalhadas.

Tabela 1 – Número e distribuição dos egressos por curso de graduação

Curso	n	Percentual
ADM	42	37,2
CCA	27	23,8
ECO	21	18,6
GPP	23	20,4
Total	113	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Quanto ao gênero, há uma representatividade maior de egressos do sexo masculino, com 56,6%, e do sexo feminino um total de 43,4%. Talvez isso se justifique por conter dois cursos considerados de interesse maior por pessoas do sexo masculino: Ciências Contábeis e Economia. Tabela 2 apresenta mais detalhadamente essas informações.

Tabela 2 – Variável gênero

Gênero	n	Percentual
Feminino	49	43,4
Masculino	64	56,6
Total	113	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Quanto à variável de classificação raça/cor, houve predominância da classificação Parda, com uma representação de 53,10%. Os que se declaram pretos somaram 45,13% e os que não declaram raça somaram 1,77%. A Tabela 3 demonstra esta distribuição.

Tabela 3 – Variável Raça/Cor

Raça/Cor	n	Percentual
Parda	60	53,10
Preta	51	45,13
Não declarada	2	1,77
Total	113	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Os dados relativos à variável tipo de escola do Ensino Médio revelam que a maioria, 60,17%, vieram de escola privada, 38,94% de escola pública e 0,89% não declarou o tipo de ensino. A Tabela 4 apresenta esses dados.

Tabela 4 – Escola Ensino Médio

Ensino Médio	n	Percentual
Pública	44	38,94
Privada	68	60,17
Não declarada	1	0,89
Total	113	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A variável idade revela que a média de ingresso e titulação ficou entre 20 e 30 anos, com uma representação de 95,57%, e acima de 30 anos, com uma porcentagem de 4,43%. A Tabela 5 demonstra essas informações.

Tabela 5 – Faixa etária – ingresso e titulação

Faixa etária	n	Percentual
Entre 20 e 30	108	95,57
Acima de 30	5	4,43
Total	113	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A Tabela 6 apresenta as regiões demográficas dos egressos cotistas titulados no curso de Administração.

Tabela 6 – Região demográfica egressos ADM

Região demográfica	n	Percentual
Águas Claras	3	7,1
Asa Norte	6	14,3
Asa Sul	5	11,9
Ceilândia	2	4,8
Cruzeiro	2	4,8
Formosa	1	2,4
Gama	1	2,4
Guará	2	4,8
Jardim Botânico	1	2,4
Lago Norte	1	2,4
Octogonal	1	2,4
Paranoá	1	2,4
Park Way	1	2,4
Riacho Fundo	1	2,4
Samambaia	1	2,4
Santa Maria	1	2,4
Sobradinho	4	9,5
Taguatinga	6	14,3
Vicente Pires	2	4,8

Total	42	100,0
-------	----	-------

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A Tabela 7 apresenta as regiões demográficas dos egressos cotistas titulados no curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Tabela 7 – Região demográfica egressos CCA

Região demográfica	n	Percentual
Águas Claras	2	7,41
Asa Norte	2	7,41
Asa Sul	2	7,41
Brazlândia	1	3,70
Ceilândia	1	3,70
Cruzeiro	1	3,70
Gama	1	3,70
Guará	4	14,81
Samambaia	1	3,70
Santa Maria	1	3,70
Setor Habitacional Norte	1	3,70
Sobradinho	3	11,11
Taguatinga	6	22,22
Valparaíso	1	3,70
Total	27	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A Tabela 8 apresenta as regiões demográficas dos egressos cotistas titulados no curso de Economia.

Tabela 8 – Região demográfica egressos ECO

Região demográfica	n	Percentual
Arniqueiras	1	4,8
Asa Norte	3	14,3
Asa Sul	1	4,8
Cruzeiro	1	4,8
Entre Lagos	1	4,8
Formosa	1	4,8
Grande Colorado	1	4,8
Guará	1	4,8
Núcleo Bandeirante	1	4,8
Planaltina	1	4,8
Riacho Fundo II	1	4,8
São Paulo	1	4,8
Setor Militar	1	4,8
Sobradinho	3	14,3
Taguatinga	1	4,8
Unai	1	4,8
Vicente Pires	1	4,8
Total	21	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A Tabela 9 apresenta as regiões demográficas dos egressos cotistas titulados no curso de Gestão de Políticas Públicas.

Tabela 9 – Região demográfica egressos GPP

Região demográfica	n	Percentual
Águas Claras	1	4,3
Asa Norte	6	26,1
Asa Sul	1	4,3
Ceilândia	2	8,7
Cruzeiro	1	4,3
Gama	1	4,3
Guará	1	4,3
Jardins Mangueiral	2	8,7
Lago Sul	1	4,3
Ocidental	1	4,3
Paranoá	1	4,3
Samambaia	1	4,3
Santa Maria	2	8,7
Sobradinho	1	4,3
Taguatinga	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

De acordo com os dados apresentados, a variável região demográfica revela uma diversificação de localização domiciliar dos participantes. Contudo, ressalta-se que a maior parcela de egressos é proveniente de residências no Plano Piloto, com destaque para a região da Asa Norte, conforme demonstrado a seguir, com separação por curso e por maior índice de região domiciliar:

- a) **ADM:** 14,3% residentes na Asa Norte e 11,9% residentes na Asa Sul;
- b) **ECO:** 14,3% residentes na Asa Norte;
- c) **GPP:** 26,1% residentes na Asa Norte. Cabe ressaltar que a segunda maior representatividade, dos egressos do GPP provem das regiões administrativas de Taguatinga e Sobradinho; e
- d) **CCA:** a representação demográfica do curso de Ciências Contábeis difere-se dos demais, pois os dados demonstram que a maior parte dos egressos, 22,22%, são oriundos da região administrativa de Taguatinga, seguido de 14,81% de residentes na região administrativa do Guará.

Os dados encontrados demonstram, portanto, que embora o público discente pesquisado tenha sido cotista na graduação, a representatividade predominante da variável raça/cor é parda, com uma representação de 53,10%. Quanto à variável tipo de escola do Ensino Médio, 60,17% dos egressos cotistas vieram de escolas privadas. Por fim, a representatividade predominante da região demográfica dos pesquisados, de modo geral, é o Plano Piloto de Brasília.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa em questão se constituiu em três tipos diferentes: documental e quanti-qualitativa. A coleta documental seguiu três vias distintas: (a) busca por editais de processos seletivos publicados na página institucional do DPG/UnB, nos últimos cinco anos, para levantamento das ofertas de vagas de cursos de pós-graduação destinadas à ação afirmativa; (b) levantamento de dados demográficos e acadêmicos de alunos cotistas modalidade étnico-racial, egressos dos turnos diurno e noturno, titulados em cursos distintos de graduação da UnB por meio de sistema eletrônico institucional SIGRA; e (c) busca, por meio de consulta ao SIPPOS, de possíveis registros desses egressos cotistas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* na universidade, entre os anos 2016 e 2019, para verificação da representatividade de egressos cotistas inseridos em cursos de mestrado ou doutorado, na Instituição pesquisada.

A pesquisa quanti-qualitativa buscou, via aplicação de questionário estruturado, levantar a percepção dos egressos cotistas titulados acerca de políticas de ação afirmativa em cursos de pós-graduação. Espera-se, por meio desses dados, destacar a visão de sua representatividade nesse espaço acadêmico superior.

Por fim, buscou, por intermédio de entrevistas abertas e individuais com os coordenadores de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da FACE, modalidade acadêmico, levantar a percepção desses gestores sobre políticas de ações afirmativas na pós-graduação. As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio, com os devidos termos de consentimento dos participantes.

3.4.1 Técnicas de pesquisa

Observa-se que pesquisas que abrangem mais de uma técnica exigem maior cuidado do pesquisador quanto à análise fundamentada. Por essa razão, instrumentalizou-se o constructo, bem como esforçou-se em transcrevê-lo, codificá-lo e triangulá-lo com dados coletados por vias documental, visando dar fundamento ao estudo. A investigação baseada na triangulação de dados, técnica de análise baseada em fontes distintas de evidência empírica, é a alternativa a ser utilizada para minimizar as limitações do emprego de um único método (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015). A triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos

métodos e dar-lhes igual relevância (FLICK, 2009). A descrição dos procedimentos adotados de forma consistente e detalhada, e a triangulação dos dados, são precursores de relevância e confiabilidade no processo da pesquisa e da análise.

A primeira etapa ocorreu por meio da pesquisa documental. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa documental busca o exame de materiais que não receberam um tratamento analítico, que podem ser analisados por meio de interpretações complementares (LAKATOS; MARCONI, 2010). Teve, como característica, a fonte de coleta de dados direcionada a documentos institucionais, escritos ou não, que se constituem o que se denomina fonte primárias. Também foi realizado o levantamento de dados demográficos e acadêmicos de alunos cotistas egressos dos turnos diurno e noturno, titulados em cursos distintos de graduação da UnB, via sistema eletrônico institucional SIGRA.

Na segunda etapa foram aplicados os questionários aos egressos cotistas titulados nos diferentes cursos de graduação da FACE, nos últimos cinco anos, dos períodos entre 1/2015 e 1/2019. Nessa etapa, optou-se pela aplicação do questionário apenas aos egressos dos quatro cursos dessa Unidade, devido à delimitação do lócus principal da pesquisa.

Na terceira etapa foram realizadas entrevistas abertas e individuais com os coordenadores de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, modalidade acadêmico, da FACE. As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio, com os devidos termos de consentimento dos participantes. Por fim, descreve-se a visão geral dos gestores dos cursos de pós-graduação da FACE, seguida de análises e discussões.

3.5 INSTRUMENTO(S) DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA

A pesquisa engloba seis programas de pós-graduação distintos, sendo três que adotam a política de cotas de ações afirmativas na pós-graduação (Ciências Políticas, Ciências Sociais e Direito) e três que ainda não aderiram à política de cotas e são ligados à FACE (Administração, Contabilidade e Economia). Ressalta-se que o curso de Gestão de Políticas Públicas entrará na pesquisa meramente para levantamento do número de egressos cotistas formados, por contemplar apenas cursos de graduação.

A análise documental contou com três etapas de levantamento. Primeiramente, observou-se os editais de processos seletivos publicados na página institucional do

DPG, nos últimos cinco anos, com as ofertas de vagas de cursos de pós-graduação da UnB, para verificação do índice de cursos com inserção de vagas destinadas à ação afirmativa. Em seguida, foi realizado o levantamento de dados demográficos e acadêmicos de alunos cotistas egressos dos turnos diurno e noturno, titulados em cursos distintos de graduação da UnB, por meio de sistema eletrônico institucional SIGRA. A terceira etapa buscou, por meio de consulta ao SIPPOS, registro desses alunos cotistas titulados nos diferentes cursos de graduação da FACE, em cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade, entre os anos 2016 e 2019, para verificação da representatividade de egressos cotistas inseridos em cursos de pós-graduação dessa Instituição de ensino. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa documental busca o exame de materiais que não receberam um tratamento analítico, que podem ser analisados por meio de interpretações complementares.

Para a pesquisa quanti-qualitativa, primeiramente realizou-se busca por dados demográficos dos egressos cotistas da graduação, via sistema institucional SIGRA, pelo qual foi possível extrair o endereço de e-mail. Como instrumento de coleta dos dados, foi elaborado um questionário estruturado, composto por quinze questões, sendo quatro de perguntas fechadas, com alternativas fixas, das quais três foram do tipo dicotômica (limitadas a sim e não), e, uma do tipo tricotômica (composta de três opções de resposta). As outras onze perguntas eram abertas, de natureza exploratória. Perguntas abertas são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitindo opiniões (LAKATOS; MARCONI, 2010). Permite, assim, que o respondente dê sua opinião sem indução da resposta com opções preestabelecidas, usadas, também, para justificativas de respostas anteriores.

O questionário estruturado foi elaborado de acordo com o objetivo geral e os objetivos específicos, com base nas representações sociais dos estudantes cotistas negros titulados em cursos de graduação da FACE e encaminhado ao público-alvo por meio do dispositivo *Google Forms*, via correio eletrônico, apresentado em apêndice neste trabalho (APÊNDICE A – Questionário – Egressos cotistas da FACE). Pretendeu-se englobar fatores que embasam a efetividade das políticas públicas e educacionais de ampliação de acesso da população negra ao Ensino Superior e a cursos de pós-graduação, bem como responder duas questões centrais da pesquisa:

- a) Qual a representação social dos estudantes negros em cursos de pós-graduação *stricto sensu* na FACE acerca das políticas de ações afirmativas?
- b) Os cotistas negros titulados na graduação estão ingressados ou demonstram interesse de ingresso na pós-graduação?

Para a pesquisa qualitativa, foi elaborado um roteiro de entrevista individual como instrumento de coleta. As entrevistas foram realizadas com os coordenadores vigentes dos cursos de pós-graduação, modalidade acadêmica, da FACE. O roteiro utilizado foi do tipo estruturado e conteve dez questões abertas, de natureza exploratória, para levantamento das percepções e opiniões dos participantes, apresentado em apêndice neste trabalho (APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista). O roteiro de entrevista foi ajustado e validado pelos professores componentes da banca de qualificação do projeto de pesquisa e buscou responder o seguinte questionamento:

- a) Qual a percepção dos coordenadores de cursos de Mestrado e Doutorado acadêmico da FACE quanto à política de ação afirmativa na pós-graduação?

As entrevistas foram realizadas com três coordenadores de cursos de pós-graduação da FACE, modalidade acadêmico, e teve a média de duração variável entre vinte e trinta minutos, cada uma, totalizando uma média de uma hora e vinte minutos. Como instrumento de gravação, para a captura do discurso, foi escolhido o mecanismo de gravador de áudio, disponível em dispositivo móvel *smartphone*. Nesse registro também está a anuência dos entrevistados para que a fala fosse gravada.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a apuração e tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação dos entrevistados (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A análise das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados foi realizada de forma sistemática e manual ou por meio de *softwares* de análise de conteúdo. Por fim, após classificação e tabulação dos dados, foi utilizada a técnica de análises estatísticas. Utilizou-se estatística descritiva simples, como médias e frequências.

Os dados quantitativos e qualitativos, levantados por meio da pesquisa, foram analisados livres de vícios ou falhas analíticas, a fim de garantir a sua legitimidade. Sendo assim, a análise aconteceu por meio de sistemas apropriados, aliada à leitura criteriosa dos dados a fim de identificar as ideias centrais contidas nas respostas de cada participante e demonstrar de forma precisa os principais indicadores encontrados, para ser possível utilizá-los como subsídio à proposta de implementação da política de ações afirmativas nos processos seletivos da FACE.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

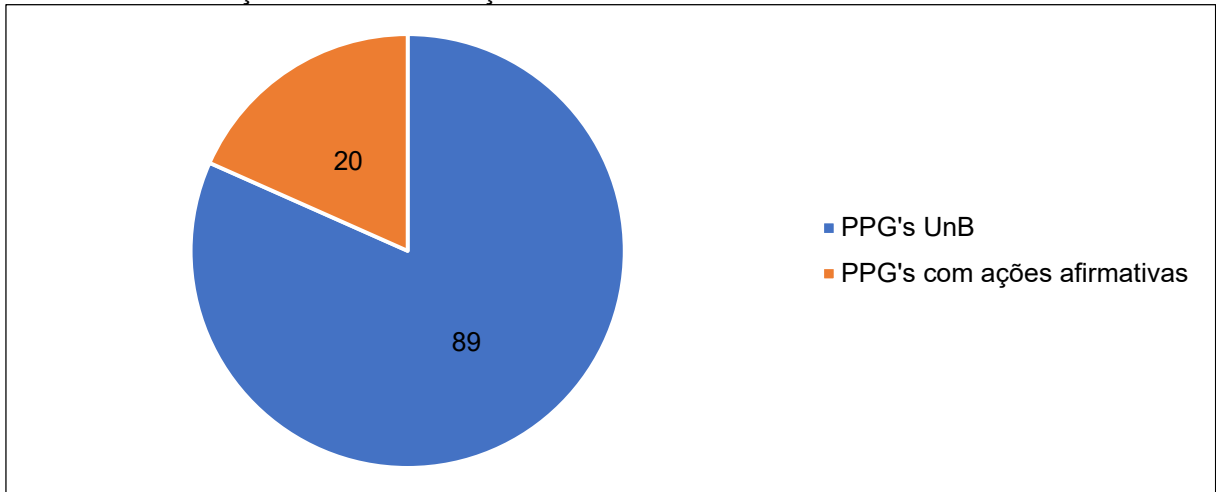
Para a exposição dos resultados, esta seção se divide em três partes. Na primeira, apresentam-se os dados levantados por meio da coleta documental e da análise geral dos programas de pós-graduação com inserção de políticas afirmativas, no âmbito da UnB, com demonstração da porcentagem de cursos de pós-graduação desta Universidade com oferta de vagas destinadas à ação afirmativa. Em seguida, aborda-se os resultados gerais da pesquisa quantitativa junto aos egressos cotistas da graduação, com base nas respostas do questionário. Por fim, na terceira parte, descreve-se a visão geral dos gestores dos cursos de pós-graduação da FACE acerca de políticas afirmativas em cursos de pós-graduação, seguidamente de análises e discussões.

A seguir, serão apresentados os dados levantados por meio da coleta documental e da análise geral dos programas de pós-graduação com inserção de políticas afirmativas, no âmbito da UnB, com demonstração da porcentagem de cursos de pós-graduação *stricto sensu* desta Universidade com oferta de vagas destinadas à ação afirmativa.

4.1.1 Coleta documental

De acordo com os dados encontrados, via coleta documental, de um total de 89 cursos ativos, apenas 20 programas ofertam vagas de ações afirmativas. Esse levantamento demonstra que houve adesão do sistema de cotas por apenas 17,8% dos programas de pós-graduação da UnB, no período verificado. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos PPG's com ações afirmativas.

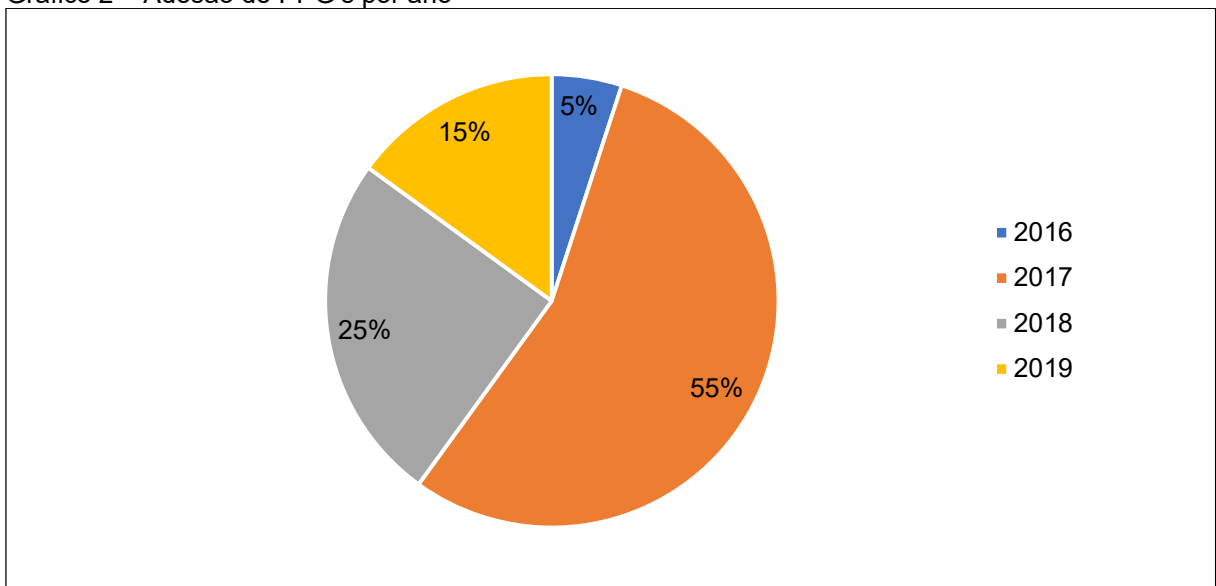
Gráfico 1 – Distribuição de PPG's com ações afirmativas



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

O período que apresentou maior adesão dos programas foi o ano de 2017, seguido do ano de 2018 e, por fim, do ano de 2019. O ano de 2016 apresentou adesão de apenas um programa. O Gráfico 2 apresenta essa distribuição.

Gráfico 2 – Adesão de PPG's por ano



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Os resultados encontrados evidenciam que, embora tenha havido um aumento considerável no número de programas que aderiram à política de ação afirmativa desde 2016, ainda existe uma lacuna a ser preenchida, por haver pouco quantitativo de cursos que implementaram essa política. Depreende-se, ainda, que talvez o ano de 2017 tenha tido maior adesão em relação aos demais anos pesquisados em razão do incentivo vindo por meio da Portaria Normativa nº 13, de maio de 2016. E que nos

anos posteriores pode ter havido uma diminuição de oferta dessas vagas pelo Programas por falta de acompanhamento ou cobrança pelas Instâncias superiores.

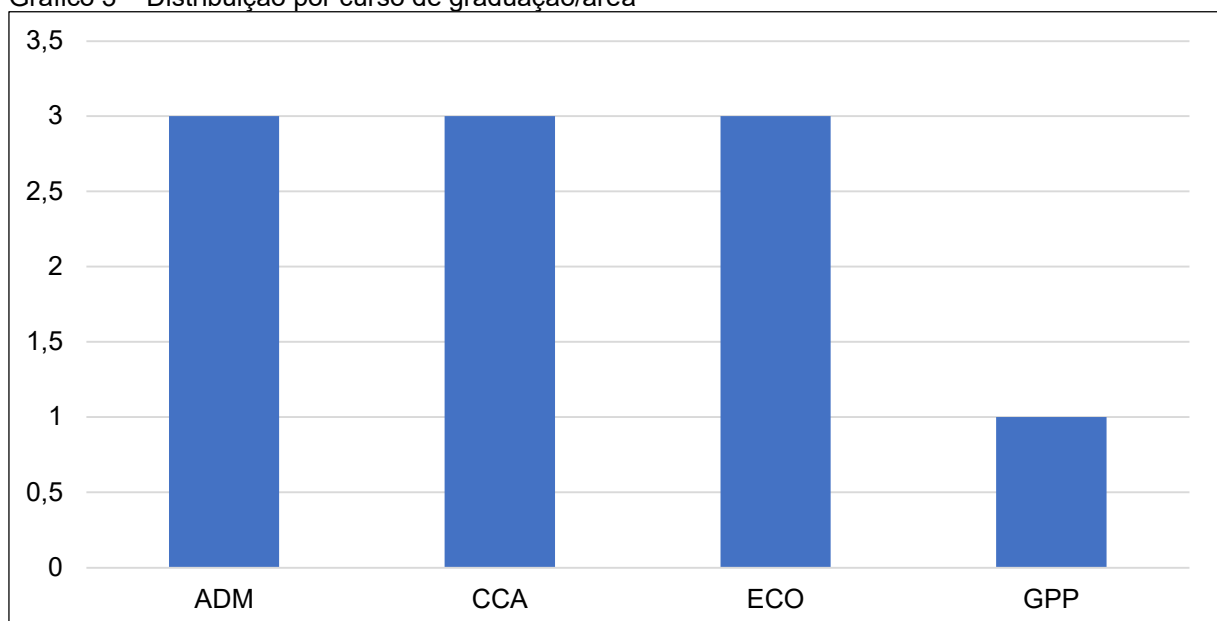
A seguir, serão apresentados os dados quanti-qualitativos coletados junto aos egressos cotistas de quatro cursos de graduação da FACE. Procurou-se, por meio do questionário aplicado, levantar a percepção dos egressos quanto a sua representatividade em cursos de pós-graduação.

4.1.2 Coleta quanti-qualitativa

Essa etapa da pesquisa contou com um número total de dez respondentes, dentre um total de 113 egressos cotistas, modalidade étnico-racial, titulados na FACE. Teve, portanto, uma participação de 11,3% da totalidade da amostra discente. A seguir, são apresentadas as principais características desses participantes.

A participação se deu com egressos titulados nos quatro cursos de graduação existentes na FACE, distribuídos da seguinte forma: três egressos do curso de Economia, três egressos do curso de Contabilidade, três egressos do curso de Administração, e, um egresso do curso de Gestão de Políticas Públicas. O Gráfico 3 apresenta essa distribuição.

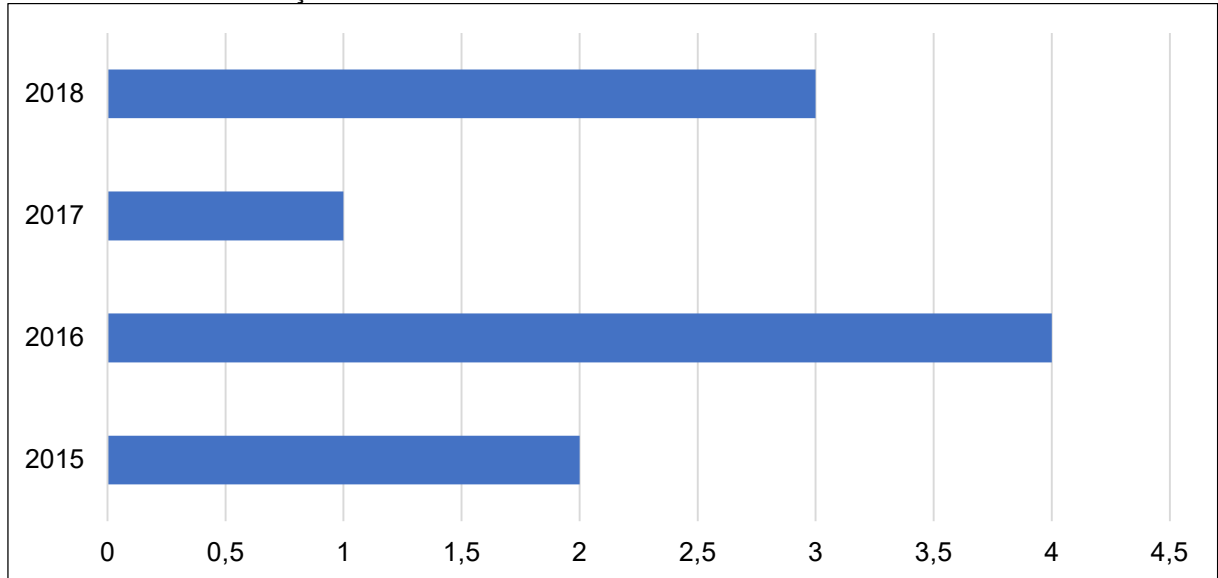
Gráfico 3 – Distribuição por curso de graduação/área



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A seguir, é demonstrado, por meio do Gráfico 4, o ano de titulação dos egressos.

Gráfico 4 – Ano de titulação



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Os dados demonstram, portanto, que o ano de 2016 foi o período em que mais houve cotistas titulados dentre os cursos pesquisados, totalizando quatro concluintes da graduação nesse referido ano. Em contrapartida, o ano de 2017 apresentou o menor índice de concluintes.

Quanto ao desempenho na graduação, grande parte dos participantes, 70%, afirma ter sido razoável, enquanto dois respondentes afirmam ter sido bom e um respondente afirma ter sido ótimo. O Gráfico 5 apresenta essa distribuição.

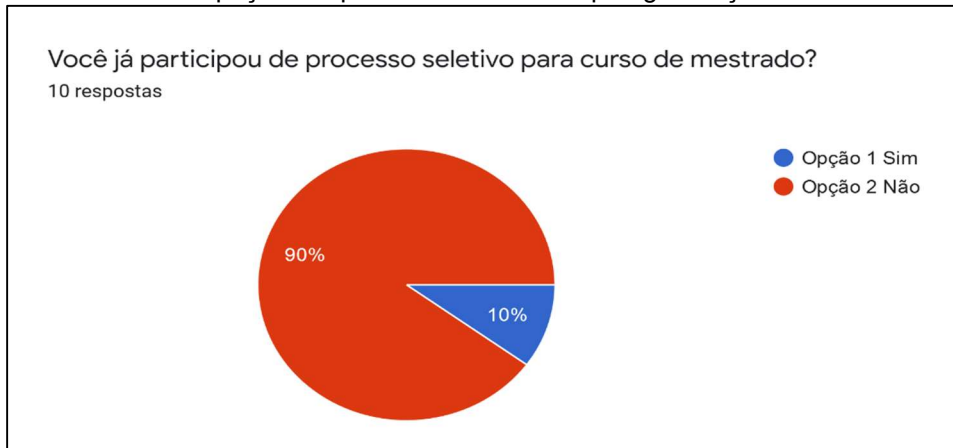
Gráfico 5 – Desempenho egresso cotista na graduação



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Ao serem questionados se já participaram de processo seletivo para curso de Mestrado, a maioria, 90%, afirma que não. Outros 10% afirmam que sim. O Gráfico 6 ilustra essa distribuição.

Gráfico 6 – Participação em processo seletivo de pós-graduação

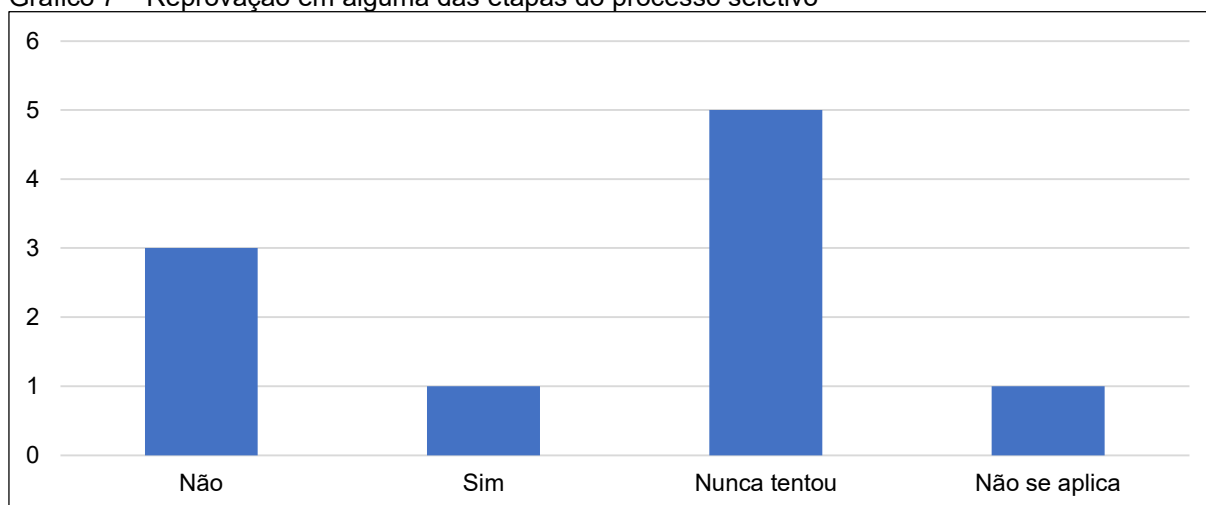


Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A quinta questão complementa a anterior com a seguinte pergunta: Se sim, em qual Programa (área)? Esse questionamento demonstrou que apenas um dos respondentes afirma já ter participado de seleção para Mestrado. Esse participante descreve ter feito a prova ANPEC, modalidade de prova exigida para os cursos de pós-graduação em Economia.

A pergunta seguinte, se houve reprovação em alguma das etapas de processo seletivo para cursos de Mestrado e em qual etapa, reforça os dados obtidos na questão anterior, pois apenas um dos respondentes afirma ter sido reprovado. Os demais respondentes ponderam nunca ter tentado participação em processo seletivo. Um dos respondentes deixou a opção em branco e a resposta foi classificada no gráfico como não se aplica. O Gráfico 7 apresenta essa distribuição.

Gráfico 7 – Reprovação em alguma das etapas do processo seletivo



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A sétima pergunta indaga o egresso se ele nunca participou de processo seletivo para Mestrado e por qual razão. Para esse questionamento, apenas um dos respondentes não se manifestou. No Quadro 6 são relacionadas as ponderações dos demais participantes.

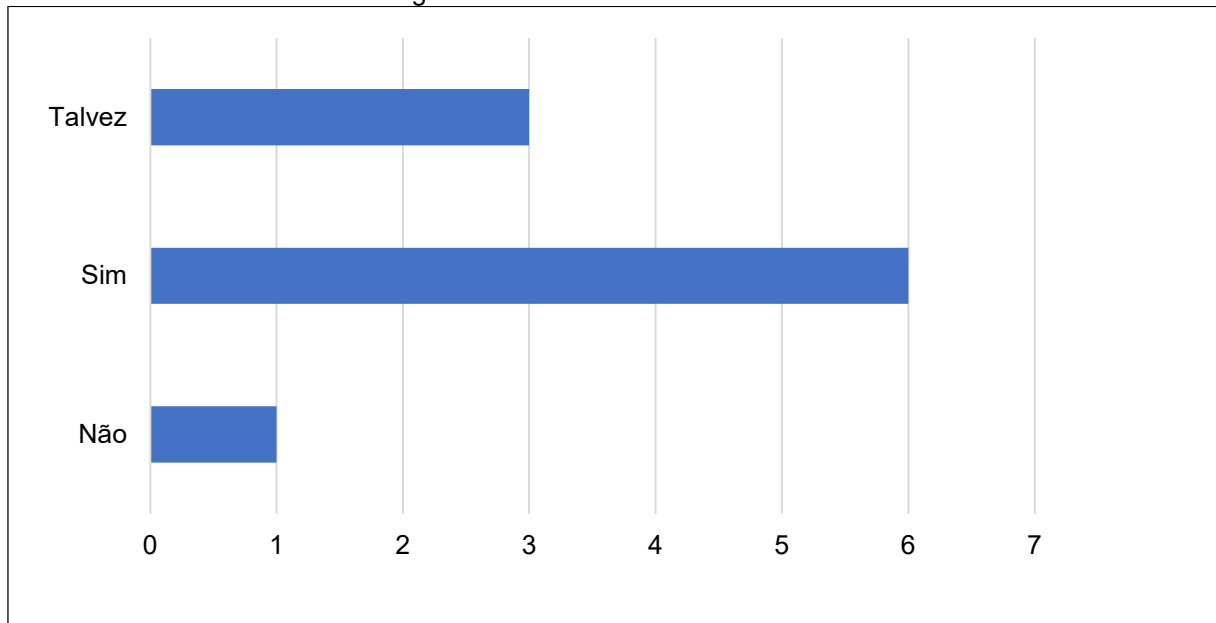
Quadro 6 – Respostas dos participantes quanto a razão de nunca ter participado de processo seletivo

Respondente	Resposta
R1	Sem interesse, motivos profissionais estão em outra área.
R2	-
R3	Pois quero estabilidade na carreira para depois pensar em fazer Mestrado.
R4	Ainda não decidi qual área eu gostaria de seguir com meus estudos e onde.
R5	Não tenho interesse no momento.
R6	Elitista. Sem muitas opções válidas para minha área e falta de divulgação,
R7	Por a prova ser muito difícil e não haver cursos preparatórios com preço acessível.
R8	No momento, tenho outras prioridades. Mestrado demanda muito tempo e dedicação.
R9	Idioma.
R10	Não porque preciso de tempo para me preparar para obter a aprovação no curso desejado.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A oitava pergunta levanta a seguinte questão: Se o programa de pós-graduação da área de seu interesse oferecesse vagas de ações afirmativas, você tentaria ingresso? De acordo com as respostas, a maioria, ou seja, seis respondentes, afirmam que sim. Três afirmam que talvez e apenas um afirma que não, conforme detalhado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Se o programa de pós-graduação da área de interesse oferecesse vagas de ações afirmativas tentaria ingresso



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A nona pergunta levanta qual a percepção dos egressos sobre cursos de Mestrado e de Doutorado. No Quadro 7 são descritas as considerações dos respondentes.

Quadro 7 – Respostas dos participantes quanto a percepção dos egressos sobre cursos de Mestrado e Doutorado

Respondente	Resposta
R1	Pouca divulgação, e sem interesse pessoal.
R2	São bons para ter uma boa sinalização para o mercado.
R3	Dependendo da área profissional que a pessoa trabalha, o Mestrado ou o Doutorado pode acrescentar muito.
R4	Muito inacessível, principalmente com os cortes do governo atual. Porém, gostaria de fazer ao menos o Mestrado.
R5	É de grande valia para o desenvolvimento educacional de um indivíduo.
R6	Elitista.
R7	Considero um bom complemento e aprofundamento aos conhecimentos adquiridos na graduação, além de elevar o salário no mercado de trabalho.
R8	Só vale a pena se for se dedicar à vida acadêmica.
R9	Ótimo para aprender e se aperfeiçoar em uma área, mas é difícil concluir.
R10	Acredito que são um diferencial no mercado de trabalho.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A décima questão levanta a opinião dos egressos sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado). O Quadro 8 apresenta as considerações.

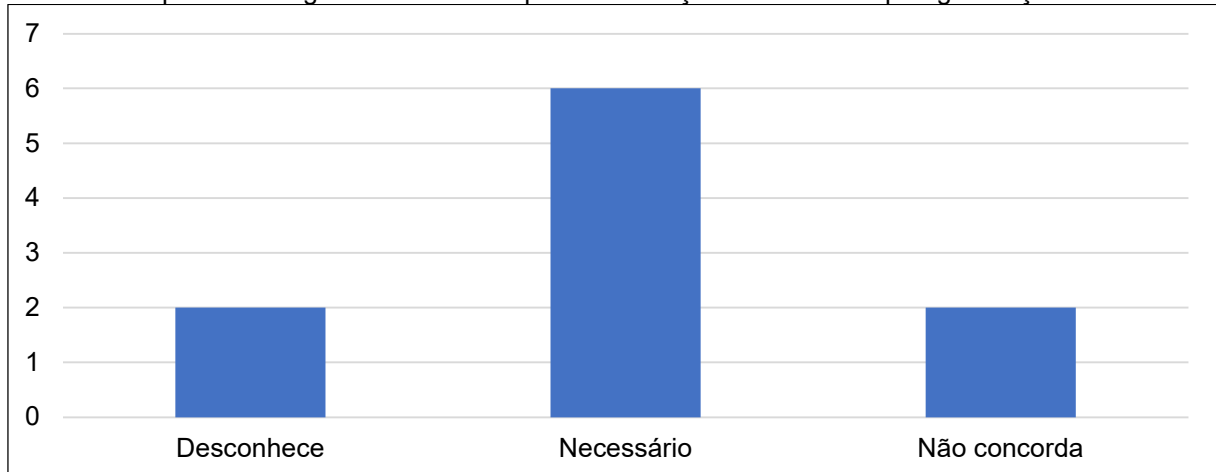
Quadro 8 – Respostas dos participantes quanto a opinião dos egressos sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu*

Respondente	Resposta
R1	Desconheço o processo atual.
R2	Eu acho que essas políticas praticamente não existem na pós-graduação.
R3	É algo que poderia melhorar o acesso a pós-graduação.
R4	Dentro de um contexto social com o qual vivemos de racismo e discriminação racial, penso ser necessário haver políticas de ação afirmativa a esse respeito como uma maneira de inibir e mudar esse contexto.
R5	Eu acho necessário, em vista que ainda existe um número muito pequeno de negros e negras nesses cursos.
R6	Deveria ser obrigatória, inclusiva.
R7	Sou a favor, uma vez que em Economia a maioria dos alunos são de classe média alta.
R8	Creio que só gerará mais polêmica na Universidade. Já é complicado ser cotista de graduação, o que dirá de pós-graduação.
R9	Garantir igualdade e a oportunidade.
R10	Não concordo com cotas raciais embora seja negro. Acredito que caso aconteça, deveria fomentar a entrada de alunos de baixa renda, que inclusive atingiria o grupo citado anteriormente, visto que no geral pessoas de baixa renda incluem grupos vulneráveis.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

O Gráfico 9 apresenta a distribuição da opinião dos egressos acerca das políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu*.

Gráfico 9 – Opinião dos egressos acerca de políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu*

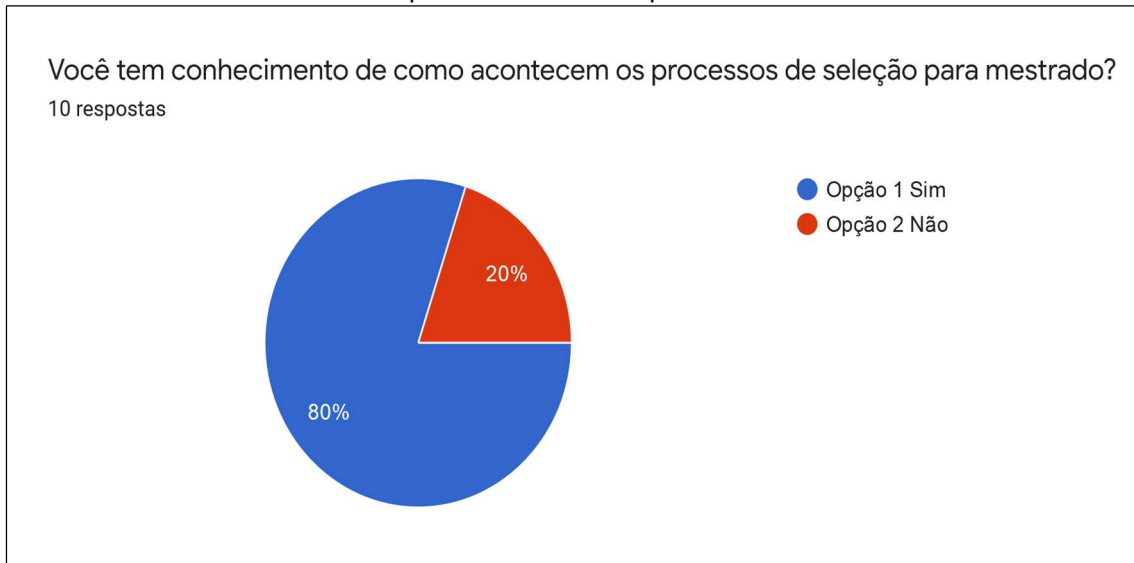


Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Conforme apresentado no gráfico 9, 60% dos respondentes acreditam que políticas afirmativas são necessárias em cursos de pós-graduação.

A pergunta se o egresso participante tem conhecimento de como acontecem os processos de seleção para Mestrado obteve 80% de respostas afirmativas de que conhecem o sistema de processo seletivo. Outros 20% afirmam não ter esse conhecimento. O Gráfico 10 apresenta essa distribuição.

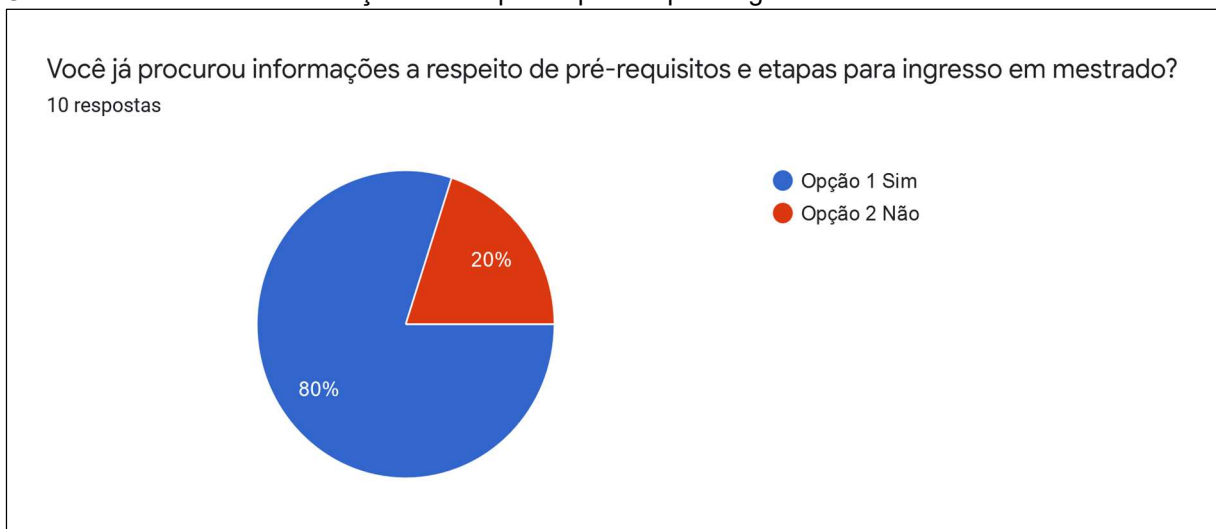
Gráfico 10 – Conhecimento sobre processos seletivos para Mestrado



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A pergunta que questiona aos participantes se já procuraram informações a respeito de pré-requisitos e etapas para ingresso em Mestrado reforça as respostas obtidas na questão anterior. Dos respondentes, 80% afirmam que já buscaram informações sobre o ingresso no Mestrado, enquanto 20% afirmam ainda não ter procurado tais informações. O Gráfico 11 apresenta esses dados.

Gráfico 11 – Procurou informações sobre pré-requisitos para ingresso em mestrado



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A questão que busca a concepção do egresso se pode haver barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação *stricto sensu* revela que a maioria, 90% dos participantes, afirmam que sim. E apenas um dos participantes, uma

representação de 10%, não afirma claramente se sim ou não. Essa resposta foi classificada como “talvez”. O Quadro 9 apresenta as respostas obtidas.

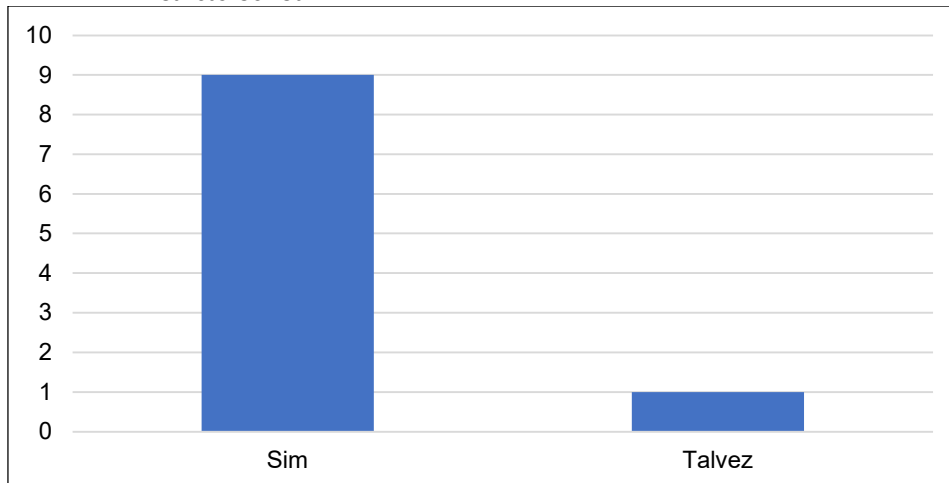
Quadro 9 – Respostas dos participantes se há barreiras para ingresso na pós-graduação *stricto sensu*

Respondente	Resposta
R1	Sim.
R2	Sim.
R3	Há muitos requisitos, mas creio serem válidos.
R4	Sim.
R5	Acredito que há barreiras de classe pois hoje as bolsas são escassas. E, conseqüentemente, essa barreira de classe se torna uma barreira racial, em vista que a população negra está mais representada nas classes sociais mais baixas. Acredito que pode também haver racismo nas bancas de seleção, que sempre são representadas por tradicionais professores brancos.
R6	Muitas. Financeira, curricular (exigência de inglês, por exemplo).
R7	Sim.
R8	A falta de transparência é uma barreira.
R9	Idioma.
R10	Pessoas que podem se preparar em tempo integral possuem maior probabilidade de passar.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

O Gráfico 12 apresenta a concepção do egresso sobre as barreiras para seleção e ingresso em pós-graduação *stricto sensu*.

Gráfico 12 – Concepção do egresso se há barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação *stricto sensu*



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A penúltima questão busca a opinião dos participantes, se eles são a favor da implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE e o porquê. A seguir, no Quadro 10, são descritas as considerações dos egressos.

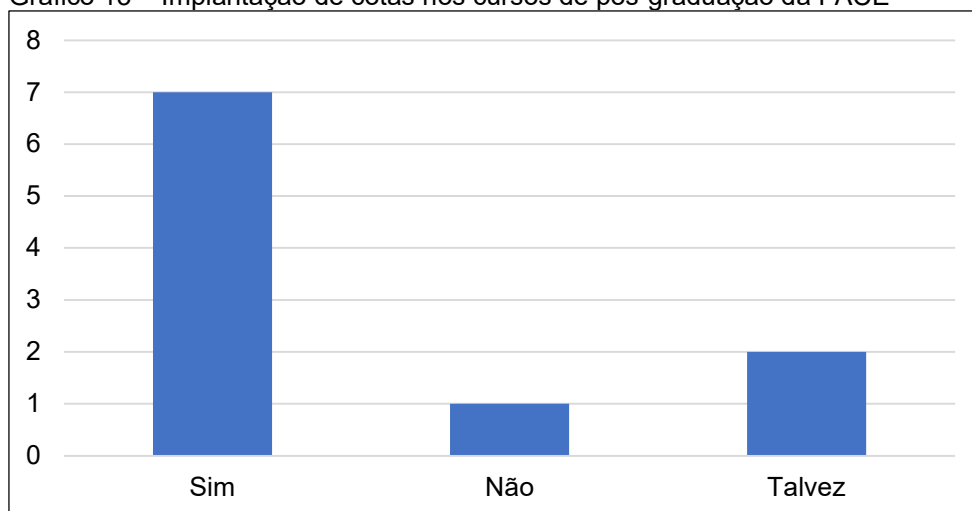
Quadro 10 – Respostas dos participantes quanto à opinião sobre a implementação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE

Respondente	Resposta
R1	Não, ainda há preconceito e discriminações a esse respeito. Barreiras podem ser quebradas por outras vias. A base precisa ser melhorada e com igualdade para todos.
R2	Sim, pois a pós-graduação infelizmente é algo para privilegiados.
R3	Sim, pois iria ajudar aqueles estudantes que também entraram nos cursos de graduação da UnB pelas cotas.
R4	Sim.
R5	Sim, eu fui aluno da graduação e tive nenhum professor negro. Acredito que a cota poderia ajudar a mudar isso no futuro e criar oportunidade para mais pessoas e, assim, conquistar uma equidade de raça na Universidade.
R6	Sim. Abrir o leque, dá oportunidade a quem realmente precisa e não pode pagar.
R7	Sim, pois a desigualdade observada na graduação é ainda mais acentuada na pós-graduação.
R8	Nem a favor nem contra no momento.
R9	Sim, para promover a igualdade acadêmica.
R10	[Não opinou].

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

O Gráfico 13 apresenta a distribuição das respostas com relação à implementação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE.

Gráfico 13 – Implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Conforme representação gráfica, 70% dos respondentes afirmam ser a favor da implantação do sistema de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE, em razão das justificativas apresentadas nas respostas. E apenas 10% se mostrou contrário.

A décima quinta, e última pergunta, busca saber do egresso como ele percebe a posição do negro na educação e no mercado de trabalho. No Quadro 11, são relacionadas as considerações dos respondentes.

Quadro 11 – Percepção da posição do negro na educação e no mercado de trabalho

Respondente	Resposta
R1	Negro apresenta menor renda, a educação pública oferecida é de péssima qualidade, dificuldades sociais que geram pessoas com pouca qualificação para mercado de trabalho. E, quando oferecem cursos gratuitos, são para trabalhos manuais e menos intelectuais, e pior remuneração.
R2	A posição do negro em cargos de liderança, tanto na educação quanto no mercado de trabalho, ainda é muito pequena, mas que precisa ser mudada.
R3	Ainda há muita dificuldade de negros e pardos terem acesso à educação.
R4	Na educação, ainda é gritante a desigualdade na UnB, mas a política de cotas conseguiu criar um equilíbrio maior. No mercado, percebo ausência de negros em cargos de Presidência e executivos.
R5	Infelizmente, é nítido identificar que o negro, fator fenótipo, vive à margem da sociedade e que em muitos casos, por conta do contexto histórico, vivem à mercê de boas ações de determinados indivíduos ou até mesmo do Estado para conceder-lhes condições melhores para obter uma boa educação, como por exemplo o próprio tema desse trabalho – políticas de ações afirmativas. Eu sendo e me considerando negra, ao participar de um cursinho particular preparatório para o vestibular da UnB, em uma sala com mais de 150 alunos, era possível identificar, não mais que, 5 alunos negros. Quase 10 anos após essa fase do pré-vestibular, ao frequentar um cursinho preparatório particular para concursos para a área de carreiras fiscais, auditor fiscal da Fazenda, em uma sala com mais de 100 alunos, era possível identificar uns 3 negros na sala. Dentro desses cenários vivenciados por mim, percebo que o negro não tem os mesmos incentivos e condições educacionais iguais aos brancos. Quanto ao mercado de trabalho, não tenho muito a opinar, pois é um ambiente ao qual não tive grandes vivências como no campo educacional, mas é lógico identificar que se o negro, em um ambiente educacional, vive à margem, em um ambiente de mercado de trabalho a consequência é a mesma, ficarão com trabalhos mais menosprezados pela sociedade devido à falta de uma boa educação.
R6	Os números têm aumentado, mas não é o suficiente ainda. Tudo, em maioria, é mais difícil, principalmente por conta de apadrinhamentos.
R7	Sou negro e percebo que a situação depende muito da renda da família do cidadão. Nos cursos da FACE, observo que há pouquíssimos negros. No mercado de trabalho, a situação é parecida, e, na minha opinião, é dependente das oportunidades geradas pelo nível de educação do indivíduo.
R8	Percebo que ser negro gera ‘complicações’ em qualquer área. Parece que não importa o que seja feito, a sociedade sempre será preconceituosa, por mais que diga que não o seja. Por essa razão, quanto mais caminhos meritocráticos, melhor.
R9	Tem melhorado, em boa parte por causa dos outros sistemas de cotas.
R10	Não apenas do negro, mas acredito que existem pessoas menos favorecidas de recursos econômicos e estas são preteridas no mercado de trabalho. Considerando que a população negra sofre desse mal, logo ela é desfavorecida no mercado de trabalho, mas não somente ela, qualquer indivíduo que tenha dificuldade em financiar seus estudos e formação. Sendo assim, acredito que o foco desse trabalho deve ser em relação à renda.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A partir da análise dos dados coletados, é possível inferir as principais considerações dos egressos cotistas titulados no âmbito da FACE:

- a) Apenas 10% dos respondentes afirma já ter participado de processo seletivo para curso de Mestrado. A maioria, ou seja, 90%, afirma que não;

- b) Dentre as respostas dos que nunca participaram de processo seletivo para Mestrado, as opiniões sobre a razão do não interesse se dividem. No entanto, infere-se que o maior índice de respostas é de falta de interesse no momento, por questões profissionais, por ser elitista, em razão de exigência de idioma ou por falta de tempo para a preparação; Tais afirmações trazem elementos que sugerem um trabalho que investigue melhor as razões descritas pelos respondentes.
- c) Ao serem questionados se o programa de pós-graduação da área de interesse oferecesse vagas de ações afirmativas, tentariam ingresso, de acordo com as respostas, a maioria, seis respondentes, afirmam que sim. Três afirmam que talvez e apenas um afirma que não;
- d) Acerca da percepção dos egressos sobre cursos de Mestrado e de Doutorado, apesar de haver respostas concordando que são cursos importantes para o desenvolvimento educacional e profissional, alguns ressaltaram algumas barreiras, como: pouca divulgação, inacessibilidade principalmente com os cortes do governo atual, elitista e por acreditar ser difícil de concluir;
- e) A opinião dos egressos sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* demonstra que a maioria é a favor. Dentre as percepções dos participantes, destaca-se que: deveria ser obrigatória pois ainda existe um número muito pequeno de negros e negras nesses cursos, deve ser implementado como uma maneira de inibir e mudar esse contexto para garantir igualdade e a oportunidade. No entanto, dois respondentes afirmam desconhecer o processo de políticas afirmativas na pós-graduação e dois respondentes afirmam ser contrário à política, em razão de poder gerar mais polêmica e em razão de que a política deveria fomentar a entrada de alunos de baixa renda, por englobar as outras modalidades;
- f) Dentre os egressos, 80% afirmam ter conhecimento de como acontecem os processos de seleção para Mestrado, enquanto 20% afirmam não ter esse conhecimento; e
- g) Dentre os participantes, 90% afirmam que, na opinião deles, pode haver barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação *stricto sensu*. Dentre as principais ponderações, destaca-se: exigência de muitos

requisitos, por barreiras de classe, por falta de bolsas, por acreditar que pode haver racismo nas bancas de seleção que sempre são representadas por tradicionais professores brancos, por questões financeiras e curricular, por exigência de idioma, por falta de transparência e por ter menos tempo para se dedicar à preparação.

Portanto, embora a maioria tenha afirmado ter conhecimento de como ocorrem os processos seletivos para a pós-graduação, essa mesma maioria afirma nunca ter participado de seleção. Evidenciado, contudo, que o não interesse pelos cursos de pós pode ser em razão dos motivos relacionados às possíveis barreiras, tais como, exigência de muitos pré-requisitos, idiomas, por falta de tempo, dentre outros motivos correlatos, relatados pelos respondentes.

Quanto à questão de serem ou não a favor da implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE e o porquê, a maioria dos respondentes afirma ser a favor, conforme as ponderações correspondentes. Como razões, foram apontados: por poder ajudar os cotistas formados na graduação, em razão de a pós-graduação ainda ser algo para privilegiados, por acreditar que a cota poderia ajudar o cenário docente no futuro e criar oportunidade para mais pessoas, por conquistar uma equidade de raça na Universidade, por abrir o leque e dar oportunidade a quem realmente precisa e não pode pagar, porque a desigualdade observada na graduação é ainda mais acentuada na pós-graduação, e para promover a igualdade acadêmica. No entanto, dois se posicionam contrários, por acreditarem que o ideal seria melhorar a base, com igualdade para todos e um único respondente afirma ser nem a favor nem contra. Denota-se que as ponderações dos respondentes vão ao encontro dos demais dados colhidos na presente pesquisa, por meio das coletas documental e qualitativa junto aos coordenadores, pois, a pesquisa documental apresenta a lacuna ainda existente entre pessoas de raças/etnias diferentes no meio acadêmico, e, os dados qualitativos comprovam essa disparidade na academia superior, tanto na representatividade docente quanto na discente, dos cursos de mestrado e de doutorado.

Quanto à percepção do egresso de como ele percebe a posição do negro na educação e no mercado de trabalho, há um consenso, entre a maioria, de que o negro tem menor renda; que a posição em cargos de liderança tanto na educação quanto no mercado de trabalho ainda é muito pequena; que ainda há muita dificuldade desses terem acesso à educação; que na educação ainda é gritante a desigualdade; que há ausência de negros em cargos de Presidência e executivos; que eles vivem à margem

da sociedade, por conta do contexto histórico. Que vivem à mercê de boas ações de determinados indivíduos ou até mesmo do Estado; que não tem os mesmos incentivos e condições educacionais iguais aos brancos; que nos cursos da FACE é observável que há pouquíssimos negros. Ressaltam ainda que, a política de cotas conseguiu criar um equilíbrio maior, que os números têm aumentado, mas que não é o suficiente ainda; que parece que não importa o que seja feito, a sociedade sempre será preconceituosa por mais que diga que não o seja; que qualquer indivíduo que tenha dificuldade em financiar seus estudos e formação são preteridos no mercado de trabalho; e um dos respondentes afirma acreditar que o foco deste trabalho deve ser em relação à renda.

4.1.3 Coleta qualitativa

Por entender que a discussão sobre a representatividade negra no espaço acadêmico é dever também dos gestores atuantes nas instituições de ensino, bem como deve ser pauta de discussão entre os formuladores das iniciativas de inclusão, buscou-se a interação dos coordenadores de cursos de mestrado e doutorado, por meio de entrevistas. A pesquisa qualitativa contou com a participação de três coordenadores de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da FACE, modalidade acadêmico, e o roteiro de entrevista buscou responder ao seguinte questionamento:

- a) Qual a percepção dos coordenadores de cursos de Mestrado e Doutorado acadêmico da FACE quanto à política de ação afirmativa na pós-graduação?

Por meio dos dados coletados, estruturou-se um quadro para organização do roteiro de questões e das respostas dos entrevistados. Para descrição das respostas, utilizou-se os códigos de identificação E1, E2 e E3, conforme apresentado em apêndice neste trabalho (APÊNDICE C – Dados qualitativos).

Baseado nos dados qualitativos coletados junto aos coordenadores de programas de pós-graduação da FACE, em termos gerais, infere-se que há pouco conhecimento relativo a políticas de ação afirmativa, especialmente no âmbito da pós-graduação. A seguir, são destacados os principais argumentos dos entrevistados, de acordo com a sequência do roteiro estruturado.

Conforme pode ser observado nas respostas ao primeiro questionamento, ao se manifestarem acerca de políticas públicas de ações afirmativas na pós-graduação,

ambos entrevistados demonstraram certo desconhecimento quanto ao assunto, bem como divergentes opiniões. O Entrevistado 1 explica *“eu realmente não sei, nunca parei pra pensar...não sei...”* (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 ressalta: *“É, minha opinião em termos gerais, né? Ué, assim, a priori eu sou favorável, desde que tenha regras claras, sobre como proceder...”* (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 comenta: *“É, bom, eu nunca pensei muito nisso para te falar a verdade. Mas, eu acho que eu sou contra. Na pós-graduação, eu sou contra, tá?”* (ENTREVISTADO 3).

Já na segunda questão, ao serem questionados sobre a discussão sugerida pelo DPG em maio de 2018 acerca da implementação de política afirmativa nos cursos de pós-graduação na UnB, um dos entrevistados afirma não ter havido discussão da pauta pelo Colegiado do Programa: *“Não. Não teve discussão”* (ENTREVISTADO 1). O segundo entrevistado afirma não saber, por não estar presente à época da discussão: *“Então, eu não vou saber responder essa porque eu não estava aqui...”* (ENTREVISTADO 2). O terceiro afirma que o assunto chegou a passar pelo Colegiado, mas que não houve discussão ou, em outras palavras, deliberação: *“Não. Não foi discutido. Seriamente não foi discutido. Provavelmente alguém colocou, mas não foi para frente a discussão...”* (ENTREVISTADO 3).

Relativo à terceira questão, foram apontados alguns fatores de resistência para a implementação nos cursos de pós-graduação, sendo que os fatores mais preponderantes são relativos à adequação de edital e de processo seletivo, além de receio quanto à avaliação do programa. Uma das afirmações é de que *“cota na graduação já seria suficiente”* de acordo com as afirmações. O Entrevistado 1 explica:

Primeiro: torna o edital um pouco mais complexo. Eu imagino que dá um grau de complexidade a uma coisa que já, às vezes, já é bem complicada, que é o processo de seleção. Segundo: os cursos de pós-graduação são muito avaliados em função de uma série de indicadores e eu acho que existe um certo receio que... Ao contrário da graduação cuja avaliação é espaçada, já na pós-graduação a avaliação é muito regular e muito acompanhada de perto (ENTREVISTADO 1).

O Entrevistado 2 pondera: *“a respeito do assunto, confesso que eu nunca pensei direito, no nível pós-graduação... Eu nunca pensei a respeito do assunto de como, como conseguir inserir isso dentro de um âmbito de um processo seletivo”* (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 ressalta: *“eu acho que isso aí tem que ser uma, você dar uma oportunidade na base, né?... Eu acho que a cota na graduação já seria suficiente”* (ENTREVISTADO 3).

A quarta pergunta levanta as opiniões relativas à representatividade étnico-racial em cursos de pós-graduação, se seria possível ver uma representatividade maior assim como vem ocorrendo na graduação. As opiniões ficaram divididas e o destaque principal é de que cota deve ser relacionada à classe social, inferindo que deveria se efetivar por critério de renda per capita da família do inscrito. Também se questionou o critério atual de identificação de raça/etnia, baseada na autodeclaração. O Entrevistado 1 comenta: *“Eu acho que não tanto quanto a graduação... Geralmente, o pessoal de cota também tem a ver com essa coisa da classe social”* (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 explica:

[...] assim, no olhometro, né? Como eu estou falando, no olhometro. A gente vê que é uma tendência de ser mais branco... E como identificar a raça? Porque o critério atual, que é a autodeclaração, muitas pessoas se autodeclararam e não tem elemento físico ali de, de... Quando é extremo, né? Branco e negro mesmo... (ENTREVISTADO 2).

O Entrevistado 3 ressalta:

Eu não acho que representação social é uma característica para cota. Não acho que isso é uma condição importante, condição importante é dar para todo mundo em respectivamente cor, de raça e de condição social, entendeu? Então, a diversidade racial para mim não deveria ser um critério, agora a diversidade... de renda, de classe, sim (ENTREVISTADO 3).

A quinta pergunta questiona se o entrevistado considera a reserva de vagas um estímulo para o acesso a pessoas historicamente discriminadas. As principais afirmações são *“com certeza é um estímulo”*. No entanto, um dos entrevistados ressalta que o ideal seria o preparo e o acesso a todos na graduação. O Entrevistado 1 comenta: *“eu não parei para pensar, mas eu acho que pode ser um estímulo, sem dúvida nenhuma”* (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 explica: *“com certeza é um estímulo”* (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 complementa: *“preparar todo mundo, dar acesso para todo mundo na graduação. Depois ele decide se quer a pós-graduação. Aí, na pós-graduação, como ele já pegou as mesmas condições que qualquer outro, ele entra na competição normal”* (ENTREVISTADO 3).

A sexta pergunta questiona quais os principais desafios para a implantação da política afirmativa na pós-graduação do programa. De acordo com as principais afirmações, o edital é o fator limitante quanto à decisão de implementação da política. No entanto, foram destacados também os fatores: falta de bolsa, e desempenho e resistência dos professores do programa. O Entrevistado 1 esclarece: *“Edital. A questão às vezes de falta de bolsa, né? Eventualmente, a questão de exigir pontuação. A pós-graduação é muito focada em desempenho, né? Produção e etc. E às vezes isso acaba, de alguma forma, sendo perseguido”* (ENTREVISTADO 1). O

Entrevistado 2 explica: “*É, eu acho que o principal entrave aí é exatamente no edital*” (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 acrescenta: “*convencer todos os professores*” (ENTREVISTADO 3).

A sétima questão buscou as opiniões dos entrevistados de como a CAPES vê essas iniciativas de políticas afirmativas. A principal afirmação é de que a CAPES não se posiciona sobre isso e não tem nenhuma política específica a respeito do assunto. O Entrevistado 1 ressalta: “*eu acho que a CAPES não se posiciona sobre isso*” (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 acrescenta: “*especificamente na CAPES, eu acho que não tem nenhuma política específica direcionada [...] a respeito do assunto*” (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 comenta: “*Não. Sinceramente não*” (ENTREVISTADO 3).

A oitava pergunta busca as opiniões sobre qual seria o modelo ideal de reserva de vagas para ação afirmativa na pós-graduação. Apesar de dois dos entrevistados afirmarem não saber ou não ter uma opinião formada sobre o assunto, eles apontam que o modelo baseado em renda seria o mais apropriado. O Entrevistado 1 explica: “*eu não sei quais são os modelos existentes*” (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 comenta: “*eu não tenho uma opinião formada também, sobre o assunto, mas pensando assim de forma rápida, eu vejo que seria central aqui mais uma questão por renda*” (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 acrescenta: “*Por classe, por renda, tá? Você já acataria várias coisas aí*” (ENTREVISTADO 3).

A penúltima pergunta questiona os entrevistados se, no corpo docente da pós-graduação do programa no qual faz parte como coordenador, há representatividade de algum docente negro. De acordo com as respostas, apenas um dos programas apresenta representatividade de um professor negro. Um segundo programa conta com uma média de dois ou três pardos e, o terceiro, afirma que o quadro de professores do programa é formado por brancos. O Entrevistado 1 explica: “*negro, negro, acho que é o professor B... Seria 1,20%*” (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 pondera: “*acho que não tem nenhum... O pardo, que é mulato, aí é, também é raro no nosso programa... Talvez tenha uns dois ou três*” (ENTREVISTADO 2). O Entrevistado 3 ressalta: “*Negro não... Todo mundo mais para o... Teoricamente branco*” (ENTREVISTADO 3).

Já a décima, e última, questão instiga os entrevistados quanto à opinião deles de que, se houver cotas também em cursos de Mestrado e Doutorado, a representatividade do corpo docente universitário também poderia se tornar mais

diversificada. Ambas as respostas foram afirmativas quanto a esse questionamento. No entanto, foi ponderado de que isso poderia ocorrer, mas a longo prazo. O Entrevistado 1 explica: *“De imediato não, mas com o passar do tempo sim. Há uma tendência a ter uma certa diversificação sim”* (ENTREVISTADO 1). O Entrevistado 2 ressalta: *“pode ter, mais em muito longo prazo, não seria imediato”* (ENTREVISTADO 2). Por fim, o Entrevistado 3 acrescenta: *“Sim. Isso aí é, isso é um sim lógico, né?”* (ENTREVISTADO 3).

Por meio da análise dos dados, é possível inferir que as principais percepções dos gestores são de que:

- a) Ação afirmativa é um tema pouco pensado, em especial no âmbito da pós-graduação;
- b) Sobre a discussão sugerida pelo DPG em maio de 2018 acerca da implementação de política afirmativa nos cursos de pós-graduação na UnB, dois entrevistados afirmam não ter participado das discussões em pauta. O terceiro afirma que o assunto não chegou a ser colocado em pauta das discussões do Colegiado do programa;
- c) Dois dos entrevistados se mostraram a favor do sistema de cotas, enquanto um se posicionou contrariamente;
- d) Os principais fatores apontados como ponto de resistência à política afirmativa foram: adequação de edital e de processo seletivo, e receio quanto à avaliação do programa. Um dos argumentos foi de que *“cota na graduação já seria suficiente”*;
- e) Houve destaque de que cota deve ser relacionada à classe social. Também se questionou o critério atual de identificação de raça/etnia, baseada na autodeclaração;
- f) Houve consenso de que reserva de vagas é um estímulo para o acesso a pessoas historicamente discriminadas. Contudo, um dos entrevistados ressalta que o ideal seria o preparo e o acesso a todos na graduação e, posteriormente, na pós-graduação, todos entrariam na competição normal;
- g) Dentre os principais desafios para a implantação da política afirmativa na pós-graduação do programa, foram apontados o Edital como fator limitante quanto à decisão de implementação da política, além de outros

fatores como: falta de bolsa, receio do desempenho e resistência dos professores do programa;

- h) Quanto à visão da CAPES acerca de iniciativas de implementação de políticas afirmativas, a principal afirmação dos entrevistados é de que a CAPES não se posiciona sobre isso e não tem nenhuma política específica a respeito do assunto; Contudo, houve sugestão de que se houver uma determinação vinda de cima, da CAPES ou do DPG, que a abrangência da política pelos Programas poderia acontecer em maior escala.
- i) Apenas um dos programas apresenta representatividade de um professor negro. Um segundo programa conta com uma média de dois ou três pardos e, o terceiro, afirma que o quadro de professores do programa é formado por brancos; e
- j) Todos, sem exceção, concordam que, se houver cotas também em cursos de Mestrado e Doutorado, a representatividade do corpo docente universitário também poderia se tornar mais diversificada. E que isso poderia ocorrer, mas a longo prazo.

Levando em consideração as sugestões de que a cota deveria ser baseada por quesito classe/renda, cabe destacar que de acordo com a Lei nº 12.288 (BRASIL, 2010), e por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, fica assegurado que 50% das vagas por instituição de ensino, curso e turno devem ser destinadas a alunos provenientes da rede pública durante o nível Médio. É estabelecido, ainda, uma segunda reserva de vagas, 50% de estudantes oriundos de famílias com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e uma porcentagem de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos na referida unidade de ensino (BRASIL, 2012b). Conforme já mencionado, na página 33.

Infere-se que o pouco conhecimento dos gestores acerca da política afirmativa se deve, conforme ponderado pelos próprios participantes, à falta de um incentivo maior, por parte da CAPES ou de determinação e cobrança pelo DPG, da efetivação da política por todos os PPG's da UnB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal dessa dissertação foi descrever a representatividade dos egressos cotistas negros dos cursos de graduação da UnB, de modo específico da FACE, além de analisar o cenário acadêmico atual e, enfim, discorrer sobre a percepção dos gestores de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da FACE sobre políticas de ações afirmativas. A finalidade foi investigar qual imagem está sendo produzida e/ou reproduzida na população negra, como indivíduos, a partir do aumento de sua representatividade no universo acadêmico, e se essa imagem tem contribuído para sua ascensão em todas as esferas sociais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método de triangulação de dados, primeiramente por meio de levantamento de dados demográficos dos egressos cotistas titulados no tempo delimitado na pesquisa, em bases documentais, posteriormente por meio de pesquisa quanti-qualitativa com esses egressos e, por fim, levantamento apenas qualitativo junto a coordenadores de cursos de pós-graduação, modalidade acadêmico, da FACE. De acordo com Flick (2009, p. 43), “as diferentes perspectivas metodológicas complementam-se para a análise de um tema, sendo esse processo compreendido como a compensação complementar das deficiências e dos pontos obscuros de cada método isolado.

Depreende-se, portanto, a relevância do trabalho realizado com utilização da triangulação para melhor compreensão das diferentes percepções acerca de política afirmativa na pós-graduação *stricto sensu*. A pesquisa documental revela que, de um total de 89 cursos de pós-graduação ativos na UnB, apenas 20 ofertam vagas de ações afirmativas. Isso demonstra a adesão do sistema de cotas por apenas 17,8% dos programas de pós-graduação. Portanto, embora tenha havido um aumento considerável no número de programas que aderiram à política de ação afirmativa, desde 2016, ainda existe uma lacuna a ser preenchida, por haver pouco quantitativo de cursos que implementaram essa política.

Quanto à representação social do público discente pesquisado, os dados demonstram que, embora tenham sido cotistas na graduação, a representatividade predominante da variável raça/cor é parda, com uma representação de 53,10%. A variável tipo de escola do Ensino Médio apresentou percentual de 60,17% de escolas privadas e a variável região demográfica teve predominância de egressos residentes do Plano Piloto.

O levantamento quanti-qualitativo demonstra, em vias gerais, por meio de 90% dos respondentes, que na opinião deles pode haver barreiras para seleção e ingresso

em uma pós-graduação *stricto sensu*. Isso se deve a exigência de muitos requisitos, por barreiras de classe, por falta de bolsas, e por acreditarem que pode haver racismo nas bancas de seleção que sempre são representadas por tradicionais professores brancos. Por questões financeiras, curriculares, exigência de idioma, falta de transparência e por terem menos tempo para se dedicar à preparação.

Na mesma proporção, 90% dos respondentes afirmam ainda não ter participado de processo seletivo para Mestrado. As principais razões são: a falta de interesse no momento, questões profissionais, por ser elitista, em razão de exigência de idioma e por falta de tempo para a preparação. No entanto, 60% dos respondentes afirmam que, se o programa de pós-graduação da área de interesse deles oferecesse vagas de ações afirmativas, tentariam ingresso.

Acerca da percepção dos egressos sobre cursos de Mestrado e de Doutorado, apesar de haver respondentes que afirmam serem cursos importantes para o desenvolvimento educacional e profissional, alguns ressaltam algumas barreiras, além das já pontuadas: pouca divulgação, inacessibilidade principalmente com os cortes do governo atual e por acreditar ser difícil de concluir.

A opinião dos egressos sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação demonstra que a maioria é a favor. Para eles, deveria ser obrigatória em vista que ainda existe um número muito pequeno de negros e negras nesses cursos, como uma maneira de inibir e mudar esse contexto, garantindo igualdade e oportunidade. No entanto, dois respondentes afirmam desconhecer o processo de políticas afirmativas na pós-graduação e dois respondentes afirmam ser contrário à política, em razão de poder gerar mais polêmica e em razão de que a política deveria fomentar a entrada de alunos de baixa renda, por englobar as outras modalidades.

Um quantitativo de 80% dos respondentes afirma conhecer o sistema de processo seletivo e de serem favoráveis a implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE. As razões apontadas são: poder ajudar aos cotistas formados na graduação, em razão de a pós-graduação ainda ser algo para privilegiados, e por acreditar que a cota poderia ajudar o cenário docente no futuro e criar oportunidade para mais pessoas, conquistando uma equidade de raça na universidade. Outras razões mencionadas: permitir abrir o leque, dá oportunidade a quem realmente precisa e não pode pagar, porque a desigualdade observada na graduação é ainda mais acentuada na pós-graduação e poderia promover a igualdade acadêmica.

Quanto à opinião do egresso sobre como ele percebe a posição do negro na educação e no mercado de trabalho, houve afirmações de que o negro tem menor renda, que a posição em cargos de liderança tanto na educação quanto no mercado de trabalho ainda é muito pequena, que ainda há muita dificuldade desses terem acesso à educação, que na educação ainda é gritante a desigualdade, que há ausência de negros em cargos de Presidência e executivos, que eles vivem à margem da sociedade, por conta do contexto histórico.

Afirmaram ainda, não ter os mesmos incentivos e condições educacionais iguais aos brancos, e que nos cursos da FACE é observável que há pouquíssimos negros. Contudo, há, também, as seguintes afirmações: que a política de cotas conseguiu criar um equilíbrio maior, que os números têm aumentado, mas que não é o suficiente ainda, que é dependente das oportunidades geradas pelo nível de educação do indivíduo, que parece que não importa o que seja feito, a sociedade sempre será preconceituosa por mais que diga que não o seja, que qualquer indivíduo que tenha dificuldade em financiar seus estudos e formação são preteridos no mercado de trabalho e, assim, um deles acredita que o foco deste trabalho deve ser em relação à renda.

Baseado nos dados qualitativos coletados junto aos coordenadores dos PPG's da FACE, em termos gerais, infere-se que há pouco conhecimento relativo a políticas de ação afirmativa, especialmente no âmbito da pós-graduação. E que falta um incentivo maior por parte das instâncias superiores como a CAPES e o DPG, para uma efetiva adesão da política pelos PPG's. Foram pontuados, também, a dificuldade de adequação de edital e de processo seletivo; receio quanto à avaliação do programa; falta de bolsa; receio do desempenho; e, resistência dos professores do programa.

Relativo as ponderações, tanto de um dos egressos, quanto de gestores entrevistados, de que a cota deveria ser baseada por quesito classe/renda, cabe destacar que a Lei nº 12.288 (BRASIL, 2010), e a Lei nº 12.711, assegura que 50% das vagas por instituição de ensino, curso e turno devem ser destinadas a alunos provenientes da rede pública durante o nível Médio. Além de uma segunda reserva de vagas, 50% de estudantes oriundos de famílias com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e uma porcentagem de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos na referida unidade de ensino (BRASIL, 2012b). No entanto, de acordo com os dados quantitativos coletados, infere-

se que pode estar havendo falha em algum momento da efetivação de registro do aluno cotista, quanto ao quesito tipo de escola e quanto à renda *per capita* da família, pois os resultados do presente estudo revelam que a maioria, 60,17%, cursaram o ensino médio em escola privada, mais de 50% se autodeclara parda, e a região demográfica de destaque é o Plano Piloto, considerada uma região formada por pessoas com alto poder aquisitivo. O que exige a prática de uma política mais efetiva e restritiva, no sentido de atender o que se estabelece nas Leis de inclusão.

No entanto, por meio dos resultados encontrados, evidencia-se a importância de implantação da política de ação afirmativa em cursos de pós-graduação da UnB, tendo em vista que, mesmo após a recente ampliação dessa iniciativa em cursos de Mestrado e Doutorado, ela ainda não foi adotada pela maioria dos programas de pós-graduação ligados à essa Instituição. Considerando ainda que o sistema de cotas iniciado na graduação da UnB, aprovada em 2003, e que objetiva alcançar a igualdade étnica e racial nas suas três dimensões articuladas: graduação, pós-graduação e docência e que ainda assim, após quase duas décadas, os documentos institucionais relacionados às metas do DPG, instituídos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022), não prevê iniciativas de cunho social, mais especificamente de ações afirmativas. Portanto, por esse sistema ser ainda pouco acatado pelos programas, e pelo fato de ainda não haver um maior incentivo por parte do Decanato superior e da CAPES, ressalta-se a necessidade de ampla discussão acerca de tais políticas na UnB, e sua implementação nos cursos de pós-graduação da FACE e nos demais cursos de pós-graduação da instituição, que ainda não aderiram à política, como incentivo e como forma de encorajar e atrair os demandantes das políticas afirmativas, egressos de cursos de graduação da UnB ou de outras instituições, interessados nessa modalidade educacional.

A partir do estudo, pretende-se subsidiar a implementação de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* da FACE-UnB, devido à importância dessa política de inclusão para o aumento de uma representação social diversificada, também no campo das pesquisas científicas. Para isso, propôs-se a organização de um acervo de informações que sirvam de orientações aos gestores – fazedores da política – e aos possíveis interessados em ingressar na pós-graduação. Esse acervo se materializará por meio de infográficos em material impresso e eletrônico, que ilustram os resultados encontrados na pesquisa e contêm orientações iniciais pré-acadêmicas destinadas a potenciais candidatos(as) aos Programas de Pós-Graduação da FACE,

visando a sua preparação para os processos seletivos. Esses infográficos poderão servir, também, como subsídio a gestores dos demais cursos de Pós-Graduação da UnB.

Conclui-se, portanto, reforçando a importância de ações que além da oferta de cotas, considerem a relevância das condições de acesso a uma pós-graduação, que exige certos conhecimentos prévios, como o de outra língua, prova prévia específica com considerável custo financeiro e gastos com taxa de inscrição em processos seletivos. Além de exigências específicas e de alto custo até mesmo na oferta de disciplinas isoladas, na categoria de aluno especial, modalidade importante para um contato inicial de interessados com um curso de mestrado. Sobretudo, a importância da conscientização do fundamento de se pensar essas políticas, idealizadas por aqueles que clamam por uma chance para se inserir e ascender nos diferentes contextos da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. Sobre políticas de governo e políticas de estado: Distinções necessárias. **Instituto Millenium**, 7 abr. 2016. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.
- BEÚ, R. B. **Ações afirmativas para a população negra em Programas de Pós-Graduação**: Aprofundando a questão da Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 27 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPE-080-1998.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13, de 12 de maio de 2016.** Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/12052016-PORTARIA-NORMATIVA-13-DE-11-DE-MAIO-DE-2016-E-PORTARIA-N-396-DE-10-DE-MAIO-DE-2016.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **O que são Ações Afirmativas.** Brasília, DF: [s.n.], [2018]. Disponível em: <https://www.seppir.gov.br>. Acesso em: 26 mai. 2018.

CAPEs ajusta processos de entrada e permanência de programas de pós-graduação. **Fundação CAPEs Notícias**, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8999-capes-ajusta-processos-de-entrada-e-permanencia-de-programas-de-pos-graduacao>. Acesso em: 08 out. 2019.

CAPEs. Perguntas frequentes. *In*: CAPEs. **[Sem título]**. Brasília, DF: CAPEs, [2020]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CELANI, M. A. A.; MAGALHÃES, M. C. Representações de professores de inglês como língua estrangeira sobre suas identidades profissionais: Uma proposta de reconstrução. *In*: MOITALOPES, L. P.; BASTROS, L. C. (Orgs.). **Identidades: Recortes multi e interdisciplinares.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 319-337.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROCHÍK, J. L. O conceito de representação social: A questão do indivíduo e a negação do outro. **Revista Psicologia USP**, v. 5, n. 1/2, p. 173-195, 1994. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1678-51771994000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 02 dez. 2018.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação como política de Estado: Antecedentes históricos, avaliação e perspectiva. *In*: DOURADO, L. F. (Ed.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): Avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG, 2011.

DPG. **Proposta de Adoção de Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação da Universidade de Brasília**. Brasília, DF: UnB, 2018.

FACE. Apresentação. *In*: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[Sem título]**. Brasília, DF: UNB, [2016]. Disponível em: http://www.face.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=59 2. Acesso em: 15 abr. 2019.

FERREIRA, A J. F. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: Perspectivas contemporâneas**. [s.l.]: Editora UEPG, 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FRAGA, M. D.; SIANO, L. M. F. A ideia de universidade na reforma universitária de 1968. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 3, p. 155-171, 1991.

FREIRE, P. Algumas reflexões em torno da utopia. *In*: FREIRE, A. M. A (org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

GARCIA FILICE, R. C. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: A cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino: Os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

INOCÊNCIO, N. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil. [Entrevista cedida a] Débora Brito. **Agência Brasil**, 27 mai. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 09 dez. 2018.

JODELET, D. Representações sociais: Um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, L. P.; ROMUALDO, A. S. O paradigma da inclusão como utopia na perspectiva freiriana. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 269-280, 2015.

MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. **INEP Notícias**, 31 ago. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/>

/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206. Acesso em: 08 dez. 2018.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. *In*: ARRETCHE, M. (Eds.). **Trajetórias das desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 109-132.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n. 68, p. 46-57, 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Durban, África do Sul: OEA, 2001. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PPGA. Sobre nós. *In*: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **[Sem título]**. Brasília, DF: UnB, [2016]. Disponível em: <http://www.ppga.unb.br/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PPGCONT. **[Sem título]**. Brasília, DF: UnB, [2019]. Disponível em: <http://ppgcont.unb.br/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PPG-ECO. Pós-graduação. *In*: PPG-ECO. **Economia**. Brasília, DF: UnB, [2016]. Disponível em: <http://www.economia.unb.br/index.php/pos-graduacao>. Acesso em: 27 fev. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. [s.l.]: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas Coletânea**. Brasília: ENAP, 2007. volume 1. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

SCHARDONG, M. M. **Desafios à institucionalização da internacionalização na Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2017.

SEGATTO, R.; CARVALHO, J. J. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. [Entrevista cedida a] Serena Veloso, **UnB Notícias**, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SILVA, T. B. R. Representações sociais: Transformações e dissidências no movimento feminista, LGBT e transfeminismo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2015, Marília. **Anais [...]**. São Paulo, 2015. p. 1-13. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/iseminariointernacionalpos-graduacaoemcienciassociais/5.-tamires-barbosa-rossi-silva.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

TERCEIRO voto a favor das cotas raciais é da ministra Rosa Weber. **Supremo Tribunal Federal**, 26 abr. 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206010>. Acesso em: 06 dez. 2018.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

APÊNDICE A – Questionário – Egressos cotistas da FACE

Prezado(a), sou aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília, e estou realizando uma pesquisa que visa subsidiar a implementação de ações afirmativas na Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE). Pedimos que expresse sua experiência como egresso cotista titulado na graduação e suas aspirações acadêmicas futuras de maneira FRANCA. O ANONIMATO É OBRIGATÓRIO. Sua contribuição é importantíssima. O tempo médio de resposta é de 10 minutos.

1 – Curso graduação – área: _____

2 – Ano de titulação: _____

3 – Como você considera ter sido o seu desempenho geral na graduação?

() Ótimo

() Bom

() Razoável

4 – Você já participou de processo seletivo para curso de mestrado?

() Sim

() Não

5 – Se sim, em qual programa (área)? _____

6 – Você foi reprovado em alguma das etapas do processo seletivo? Qual?

7 – Nunca participou de processo seletivo para Mestrado? Por qual razão?

8 – Se o programa de pós-graduação da área de seu interesse oferecesse vagas de ações afirmativas, você tentaria ingresso?

9 – Qual sua percepção sobre cursos de Mestrado e de Doutorado?

10 – Qual sua opinião sobre políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado)? _____

11 – Você tem conhecimento de como acontecem os processos de seleção de mestrado?

() Sim

() Não

12 – Você já procurou informações a respeito de pré-requisitos e etapas para ingresso em mestrado?

() Sim

() Não

13 – Na sua concepção, há barreiras para seleção e ingresso em uma pós-graduação *stricto sensu*? _____

14 – Você é a favor da implantação de cotas nos cursos de pós-graduação da FACE? Por quê? _____

15 – Com você percebe a posição do negro na educação? E no mercado de trabalho? _____

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Perguntas feitas aos coordenadores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, Contabilidade e Economia em exercício, modalidade acadêmico, com finalidade de levantamento da percepção das unidades acadêmicas acerca da política de ação afirmativa nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e a representação social do negro nesses cursos.

Política de ações afirmativas na pós-graduação

1. Qual sua opinião sobre políticas públicas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*?
2. Em 2018, o DPG solicitou um posicionamento dos programas de pós-graduação quanto à implantação de ação afirmativa. O assunto foi discutido no Colegiado do seu programa? Qual foi a deliberação e qual a justificativa principal?
3. Os cursos de graduação da UnB ofertam cotas na graduação desde 2004. Na sua concepção, qual seria o fator de resistência para a implementação nos cursos de pós-graduação?
4. Em cursos de graduação, é possível ver uma diversificação étnico-racial em razão do sistema de cotas. Em sua opinião, seria possível ver essa representação social também nos cursos de pós-graduação?
5. Você considera a reserva de vagas um estímulo para o acesso a pessoas historicamente discriminadas?
6. Quais seriam os principais desafios para a implantação da política na pós-graduação do seu programa?
7. Vocês sabem como a CAPES vê essa iniciativa?

8. Qual modelo você acha ideal de reserva de vaga de ação afirmativa para pós-graduação?
9. No corpo docente da pós-graduação do seu programa há representatividade de algum docente negro?
10. Você acredita que, se houver cotas também em cursos de Mestrado e Doutorado, a representação do corpo docente universitário também poderia se tornar mais diversificado?

APÊNDICE C – Dados qualitativos

Roteiro	Entrevistados
<p>1. Qual sua opinião sobre políticas públicas de ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu?</p>	<p>E1: E se não tiver? eu realmente não sei, nunca parei pra pensar... não sei... né? me parece que foi um programa interessante pra graduação, eu lembro que quando foi implantado, eu acho que eu era diretor da FACE naquela época, me parece que trouxe um resultado bem interessante, agora na Pós eu realmente não sei te dizer, sabe, porque eu acho que... não sei, nunca parei pra pensar... não sei...</p>
	<p>E2: É, minha opinião em termos gerais, né? Ué, assim, a priori eu sou favorável, desde que tenha regras claras, sobre como proceder, com... seja com ingresso de alunos, ou alguma política mais direcionada. Favorável, também, no sentido de que pelo menos algumas das ações, precisariam ser, no meu ponto de vista, de cima pra baixo, então, da Reitoria pra baixo de ter, de ter uma... um incentivo, ou uma política específica pra que todos os Programa seguissem né? a mesma política.</p>
	<p>E3: É, bom, eu nunca pensei muito nisso pra te falar a verdade. Mas, eu acho que eu sou contra. Na pós-graduação eu sou contra, tá? nem na graduação eu tenho uma opinião muito formada sobre isso, né? embora alguns estudos da professora A e tal, mostre que o efeito, a comparação entre os cotistas e não cotistas no final do curso acaba sendo a mesma coisa e eles tem a mesma, é..., mas porque que eu acho que não? porque eu acho que cota sendo o caso de.. sendo uma coisa boa, você entendeu? ela prepara a pessoa para escolher. Então eu acho que a cota tem que estar muito mais nas categorias de base, anteriores, como graduação por exemplo e depois a pessoa escolhe se ela vai querer. Então, dando cota na graduação essa pessoa que um dia vai encarar a pós, entendeu? Ela já teve a oportunidade dela na graduação, entendeu? A gente pode até pensar que como um período de transição, né? porque tem muita gente que hoje pensa em fazer a pós, mas que não teve a oportunidade de ser cotista na graduação, porque não teve essa oportunidade, porque é uma coisa absolutamente nova, a cota tem que tempo? ...15 anos né, bom, já teria que ter dado né? de qualquer maneira, talvez uma tradição, mas como política permanente, como princípio, praticamente a cota que era uma coisa, né?... vai ser, virar geracional né, vai virar 30, 40, 50 anos, e também cota um dia tem que parar né?... ...uma vez que se deu oportunidade pra todo mundo. Então, assim, em princípio eu sou contra na pós, agora na graduação eu tendo a ser a favor, dado que os estudos estão mostrando que realmente, 'bons estudos' estão mostrando que realmente não tem muita diferença, entendeu? em termos de produtividade do aluno e tal, então, vamos dar oportunidade para eles. Então dar uma boa educação para todo mundo, e respectivamente raça, cor, renda, esse é o grande ideal eu acho, né? e acho que um problema da cota é que uma vez que colocar a cota você protela o mais importante que é dar condições pra todo mundo no ensino básico, então, eu acho muito perverso você dar cota mas não atacar o ensino básico como a gente não ataca bem ainda, até hoje, entendeu? Então acho que um dos problemas é esse, entra com discussão em cima de cota e esquece do principal mesmo que é a base, porque aí depois a pessoa escolhe né, sendo todo mundo, tendo tido a oportunidade, enfim, é o que eu acho.</p>
<p>2. Em 2018 o DPG solicitou um posicionamento do PPG's, quanto à implantação de ação afirmativa nos cursos de pós, o assunto foi discutido no Colegiado do seu</p>	<p>E1: Não. Não teve discussão, os nossos colegiados em 2018 foram poucos, a gente não teve muito colegiado, a gente não chegou a discutir isso não.</p> <p>E2: Entrevistado II: Então, eu não vou saber responder essa porque eu não estava aqui. Enfim... na verdade foi você que me disse, que isso existiu, mas na época eu estava de licença né, de pós doutoral, então eu não peguei a discussão a respeito do assunto, mas eu sei que informalmente tem alguns professores que até teriam interesse em fazer algo, né? mas, enfim, eu não tenho o conhecimento específico sobre esse assunto. Mas, também, tem o que você acabou de me dizer... ...deliberou-se algum tipo de deliberação aí, de que não teria, é isso? Não teria uma ação afirmativa? Não ia acatar?... Eu não sei...</p>

<p>Programa? Qual foi a deliberação e qual a justificativa principal?</p>	<p>...Deixa eu te fazer uma pergunta de volta, norteadora: Quando você tá falando de ações afirmativas, é ações afirmativas, de... no esquema mais amplo ou de algum específico do tipo racial? Se eu estou falando certo... ...Entendi, é, de fato, racial a gente não tem, e o que se tem talvez seria outros exemplos não especificamente racial né, por exemplo, citando exatamente esse contexto né, desde que tenha um projeto, né? Orientador e tal, a gente tem o M. V. né que pega, que tem essa pegada de orientação pra LGBT, então é tema de pesquisa específico né, do professor que, querendo ou não, termina entrando alunos né, com essa temática, mas muitas vezes eles mesmos também são né, pelo menos alguns são, no mínimo simpatizantes. E também a gente tem, só que não é nem racial e nem de gênero, é, o de estrangeiros, de refugiados, o edital de refugiados, então aí com esse edital né, desde 2019, a gente tem pelo menos algum tipo de ação afirmativa para quem é perseguido politicamente né, ou quem é perseguido em outro País, ou, enfim, refugiados como todo, então, a gente tem algumas ações, mas especificamente racial não.</p> <p>E3: Não. Não foi discutido. Sericamente não foi discutido, provavelmente alguém colocou, mas não foi para frente a discussão. Eu não lembro porque na minha época... eu, há um ano que eu sou coordenador de pós, então eu não me lembro. Talvez era... ..Maio, não, estou desde 2019, então foi isso, eu não era coordenador não. Mas eu não me lembro de ter sido discutido não, tá, certamente à fundo não foi, pode ser que alguém tenha colocado, mas não foi pra frente.</p>
<p>3. Os cursos de graduação da UnB oferecem cotas na graduação desde 2004. Na sua concepção, qual seria o fator de resistência para a implementação nos cursos de pós?</p>	<p>E1: Eu, eu não sei te dizer assim, se... porque eu nunca conversei isso com nenhum outro coordenador e tudo mais, mas talvez, primeiro: torna o edital um pouco mais complexo, eu imagino que dá um gral de complexidade a uma coisa que já, às vezes já é bem complicada, que é o processo de seleção. Segundo, os cursos de pós são muito avaliados em função de uma série de indicadores e eu acho que existe um certo receio que, ao contrário da graduação cuja avaliação é espaçada, já na pós-graduação a avaliação é muito regular e muito acompanhada de perto e eu acho que isso pode evento... há um certo receio que isso possa, isso possa vir a acontecer, e, não sei, eu acho que são, talvez, esses dois principais motivos, tá? que me vem à mente agora.</p> <p>E2: A racial né? Assim, não tenho uma opinião muito formada tá, a respeito do assunto, confesso que eu nunca pensei direito, no nível pós-graduação sobre questão racial né? Eu sei que geralmente a gente até tem alunos negros e tal mas geralmente eles são estrangeiros, da África principalmente, que ocasionalmente é aluno nosso, mas eu sei também que muitas vezes alunos nossos, vem de cursos de Administração em termos gerais né, e que Administração é um curso muito voltado pra brancos, então termina que há um... como se fosse uma inércia, né? Então como geralmente quem vai pro curso de Administração, pra pós-graduação, claro que não é 100% né, mas geralmente quem vai é quem fez algum curso de graduação, de especialização em Administração, e geralmente faz curso de administração na graduação, geralmente são pessoas que tem, ou um nível de renda maior ou... ou... colocar brancos, né? pelo menos no Brasil. Então é meio que natural que eles iriam concorrer, eles gerariam maior volume nos processos seletivos de pós-graduação quando eles tem... eu nunca pensei a respeito do assunto de como, como conseguir inserir isso dentro de um âmbito de um processo seletivo porque tem uns critérios, né? por exemplo, tem uns critérios ali de projeto, o teste ANPAD, etc.. que todos os candidatos precisariam fazer, como que seria para inserir esse critério racial dentro desse contexto? Entendeu?... eu, eu não sei responder... Eu estou só colocando, refletindo...Que jeito que poderia ser inserido essa questão...</p> <p>E3: De acordo com a primeira resposta né, eu acho que isso aí tem que ser uma, você dá uma oportunidade na base né? seria no caso aqui, a graduação que seria o início da carreira acadêmica né? Assim como da educação geral se dá no início da educação geral, no básico, se dá uma ajuda nesse sentido de dar uma escola boa pra todo mundo ou permitir uma carreira acadêmica boa no início pra todo mundo, e depois a pessoa decide se ela quer continuar ou não. Então eu acho que a cota na graduação já seria suficiente.</p>

<p>4. Em cursos de graduação é possível ver uma diversificação étnico-racial, em razão do sistema de cotas, em sua opinião seria possível ver essa representatividade também, nos cursos de pós?</p>	<p>E1: Eu acho que não tanto quanto a graduação. A graduação realmente a gente percebe bem mais, mas eu acho que no curso de pós-graduação pelo menos na minha área sim, porque a área de contabilidade eu acho que o, a classe social que já vem trazida por ela é um pouco mais baixa do que a Administração e Economia então eu acho que isso acaba tendo essa relação, né? Geralmente o pessoal de cota também tem a ver com essa coisa da classe social.</p> <p>E2: Em Administração né? Ou, tipo assim, você quer que eu fale especificamente do nosso ou no geral da UnB? No Geral não é só na UnB, no Brasil como um todo? ...Tipo assim, talvez eu não tenha conhecimento né, no meu conhecimento o que eu vejo falar do Brasil, UnB e administração, ou melhor, tudo referente a Administração no Brasil, pós-graduação no Brasil, pelo menos o que vejo nos Congressos, termina que de fato racialmente... assim, tem dois pontos, racialmente, pelo menos no olhómetro, você vê que, de fato, não tem muitos negros, isso no Brasil como todo em Administração né, na FACE idem e no PPGA idem. Agora, uma outra questão que eu acho que precisa entrar no mérito é o seguinte: o que que é raça? E como identificar a raça? Porque o critério atual, que é a autodeclaração, muitas pessoas se autodeclararam e não tem elemento físico ali de, de... quando é extremo né, branco e negro mesmo, tudo bem né, o negócio é o meio de campo, só que o meio de campo, 90% do Brasil é meio de campo, então, querendo ou não... por causa disso que na autodeclaração quando a própria, o brasileiro né, se declara que raça que ele... que etnia que ele pertence, muitos se autodeclararam pardo mesmo... ..eu olho assim: 'cara, você não é pardo' a minha atual namorada, ela se declara parda, eu falo: 'você não é parda...' enfim, as pessoas não sabem exatamente o conceito de pardo, enxergar a si mesmo, dentro de um espectro étnico. Então o que eu acho que na verdade falta pra ter maior clareza inclusive na própria definição das políticas, mesmo que seja uma política de cota racial, ou algo nesse sentido, é utilizar um instrumento de medida que seja mais preciso, que não seja só a própria autodeclaração, então, que tenha literalmente um instrumento. E existe isso! Já existe, em inúmeros outros, inclusive eu to fazendo uma pesquisa sobre... uma aluna minha, na verdade, da graduação, tá fazendo uma pesquisa dentro da área de marketing, comportamento do consumidor, e ela tem um tema lá só que a questão central ali da pesquisa é mostrar se o negro ou o branco ali, demonstrado em um anúncio publicitário, uma modelo branca ou, negra naquele anúncio se isso influencia as pessoas a avaliarem melhor uma determinada marca comercial, e aí, pra gente... assim, isso confrontando também com o aspecto racial ou étnico do respondente, então por exemplo: a mulher, a modelo negra ou branca aqui sendo mostrada, só que quem tá vendo aquilo lá como se fosse espectador se ele é negro ou se ele é branco né, e aí pra gente definir se ele é negro ou ele é branco a gente tá utilizando uma escala, uma escala que obviamente também o respondente precisa responder, então é uma espécie de autodeclaração mas só que não é uma autodeclaração direta, do tipo, qual etnia, na verdade a pessoa vai respondendo aquela escala ali, que eu não lembro de cabeça, mas eu acho que tem umas doze, doze ou dezesseis perguntas, e aí ela vai respondendo aquilo lá, a cada pergunta que ela responde não fica claro, pelo menos de forma nítida, que cor, que etnia que ela pertence, ao final vai ter uma pontuação de acordo com tudo isso e aí você tem uma escala do quanto que você é negro, do quanto que você é branco, entendeu? E essa escala é muito aceita, ela é famosa, é uma escala que já utilizada no mundo aí, para definição de muitas coisas, e é relativamente simples... é só pergunta também que você faz, uma bateria de doze, dezesseis perguntas que aí o mérito pra saber o quão... não é mais se você é branco ou se você é negro, é exatamente o meio de campo, que a maior parte do brasileiro se identifica nisso, e então, tem o conhecimento dessa escala, e eu não sei porque que isso não é adotado, por que se isso fosse adotado, seja na UnB, seja em outro lugar, seria muito mais claro pra todo mundo, não teria muito questionamento, ah esse aqui é, esse não é... ou, algo nesse sentido, entendeu? Mas, respondendo, dentro da Pós-Graduação em administração, a</p>
--	---

	<p>gente, assim, no olhometro, né, como eu estou falando, no olhometro a gente vê que é uma tendência de ser mais branco. A gente já fez uma pesquisa né, no ano passado, que tinha uma pergunta, mas é autodeclarativa também, do quanto dos alunos nosso, se identificavam, em qual etnia, que eles pertenciam, o resultado terminou sendo muito baixo em termos de percentuais, mesmo em termos de identificação, mas também a amostra que se conseguiu foi muito baixa, então, não é representativa pro total de alunos que a gente tem uns 150 pra 200, e, não lembro de cabeça mas só uns quinze responderam, então, não é representativo.</p>
<p>5. Você considera a reserva de vagas um estímulo para o acesso a pessoas historicamente discriminadas?</p>	<p>E3: Eu não acho que representação social é uma característica pra cota. Não acho que isso é uma condição importante, condição importante é dar pra todo mundo em respectivamente cor, de raça e de condição social entendeu? E eu acho que existe uma correlação extremamente positiva em raça, condição econômica, e, eu acho que o correto mesmo é por condição econômica e não por raça. Esse campo seria a cota correta, eu acho um absurdo que a cota na graduação... existe cota racial. Cota por renda, eu acho que a cota deveria ser toda por renda, tá? Então a diversidade racial pra mim não deveria ser um critério, agora a diversidade é... de renda, de classe, sim. Entendeu? Porque você já pegaria a de raça, então a correlação aí de 0.8 [%] aí de...</p> <p>E1: 'Caramba!' É, isso que eu falei: eu não parei pra pensar, e, eu não sei se isso tem alguma, algum estudo que já foi feito sobre isso que, que de certa forma permite te dar uma resposta, mas eu acho que pode ser um estímulo, sem dúvida nenhuma. Tá?</p> <p>E2: Um estímulo, é, bom, com certeza é um estímulo, o negócio é se, isso nível pós-graduação né?, então seria um estímulo pra que a pessoa considerasse a chance de entrar, mas, como eu te falei, a minha dúvida seria até anterior, que é: como casar isso com as outras regras comuns que tem, de edital de seleção, né.</p> <p>E3: Acho que já falei um pouco sobre isso né? já dá pra tirar umas respostas do que eu falei no começo né? acho que isso teria que tá na graduação e depois ele decide. Então preparar todo mundo, dá acesso pra todo mundo na graduação, depois ele decide se ele quer a pós, aí na pós como ele já vai tá.. ele já pegou as mesmas condições que qualquer outro, aí ele entra na competição normal, entendeu? ...Olha, cota não é uma coisa tão simples, entendeu? ela pode trazer distorções, de sistema, então é muito melhor que essa pessoa tenha uma ajuda psicológica, não necessariamente pela cota, mas uma ajuda psicológica pra todo mundo, entendeu? que comece na graduação isso aí, né? você tem quatro anos de uma boa graduação, com foco psicológico pra aumentar a autoestima e tal, a pessoa com quatro anos tem que sair um pouco melhor do que entrou. Então acho que teria que ser por aí...</p>
<p>6. Quais seriam os principais desafios para a implantação da política na pós-graduação do seu Programa?</p>	<p>E1: Edital, a questão as vezes de falta de bolsa, né? Eventualmente, a questão de exigir pontuação, a pós-graduação é muito focado em desempenho, né, produção e etc.. e as vezes isso acaba, de alguma forma sendo perseguido, né?...</p> <p>E2: É, eu acho que o principal entrave aí é exatamente no edital né, como conciliar as coisas no edital né?</p> <p>E3: Do meu Programa, eu acho que é convencer todos os professores disso que você tá dizendo, entendeu? da cota né? Vários deles teriam provavelmente a mesma posição que a minha. ...Uma resistência.</p>
<p>7. Vocês sabem como a CAPES vê essas iniciativas?</p>	<p>E1: Na verdade, nas reuniões que eu já participei, da CAPES, nunca ninguém falou nada sobre isso, então, no meu ponto de vista eu acho que a CAPES não se posiciona sobre isso, pelo menos recentemente.</p> <p>E2: Dentro da Administração né? no âmbito da CAPES, na verdade, aí tá falando CAPES né? Se for especificamente na CAPES eu acho que não tem nenhuma política específica né, direcionada da CAPES a respeito do assunto, eu acho que não tem, ou muito me engano, mas, com a atual gestão também eu acho que não é o foco da atual gestão... ..Não, de fato, verdade, eu não tinha pensado nisso, pela forma de ter o critério ali de inserção social na avaliação dos programas de pós-graduação, é porque geralmente são coisas específicas que são avaliadas ali como inserção social, né? por ex: um dos</p>

	<p>principais itens que são levados em consideração dentro da, administração sobre inserção social é oferta de cursos Dinter né, em regiões menos acessíveis, então, claro, se naquela região, né? aí é indireta, uma relação indireta, se naquela região, então você tem, vamos supor que você tem mais negros naquela região né? que não tem muito acesso de pós graduação e você oferta o curso ali, Minter ou Dinter, tudo bem, você vai tá pegando indiretamente alguma questão racial ali, dando alguma oportunidade pra esse tipo de aluno, mas é de forma indireta, não é de forma direta. Então, mas claro, aí tem outras ações né, aí pode sim ter outras ações de forma direta pra viabilizar isso, mas que eu sei que conta mesmo seria mais a oferta de curso né? ou seja, onde não tem curso passa a ter curso, mais é isso, porque o foco muito, pelo menos da CAPES, é no sentido de capacitação de pessoas né?</p>
	<p>E3: É..., não, não. Sinceramente não. Existe um monte de coisas que a CAPES fala, pensa, e o que ela tá pensando agora não significa que ela vai tá pensando também daqui três semanas. Eu acho que ela tem um pouco disso, ela tem, de indígenas, eu acho, tem alguma proposta aí, mas uma proposta ainda. Mas eu já ouvi um zumzumzum disso aí...</p>
<p>8. Qual modelo você acha ideal de reserva de vaga, de ação afirmativa para pós-graduação?</p>	<p>E1: Eu não sei, agora você me pegou... eu não sei quais são os modelos existentes, você tá falando especificamente de cota, é, cota racial? Ou? ...não sei te dizer, não, não tenho conhecimento pra poder afirmar... você tá me perguntando uma coisa que eu realmente não sei te dizer.</p>
	<p>E2: Então, modelo? A tá, você tá querendo saber por exemplo, se devia ser racial, ou gênero, ou... boa pergunta, tá? Eu não sei ao certo responder... eu penso que, eu não sei exatamente que jeito que é chamado, mas, por renda, é por renda mesmo o nome? Por renda? Por que o curso é gratuito né? Mesmo sendo curso gratuito, quando a gente tá falando de nível pós-graduação e como eu já falei também, muitos egressos da graduação são alunos nossos e os egressos da graduação em administração geralmente eles tem uma renda mais alta e aqueles que não tem uma renda mais alta, muitas vezes eles, nem, nem... média né, média e alta, geralmente eles nem consideram muito entrar, né? Assim, eu não tenho uma opinião formada também, sobre o assunto, mas pensando assim de forma rápida eu vejo que seria central aqui mais uma questão por renda.</p>
	<p>E3: Por classe, por renda, tá? você já acataria várias coisas aí.</p>
<p>9. No corpo docente da pós-graduação do seu Programa, há representatividade de algum docente negro?</p>	<p>E1: Sim. Sim, tem o professor B..., e, negro, negro, acho que é o professor B... Seria 1.20%.</p>
	<p>E2: Docente? não né? Estou lembrando, acho que não tem nenhum né? Pardo, pardo aí já tem né? Pardo, é... é aquele problema que eu te falei, o que que é pardo? Porque pardo pode ser 90%, aí seria quase todo mundo ali, agora se for o pardo que é mulato, né? o pardo que é mulato aí é, também é raro no nosso programa, mas eu estou tentando pensar aqui, talvez tenha uns dois ou três...</p>
	<p>E3: Hum, negro, negro? Negro não, há matizes de cores, mas negro? negro eu não diria, mas acho que no geral todo mundo mais pro... teoricamente branco.</p>
<p>10. Você acredita que se houver cotas, também em cursos de mestrado e doutorado, a representatividade do corpo docente universitário também poderia se tornar mais diversificado?</p>	<p>E1: Eu acho que de imediato não, porque tudo depende da questão do concurso público, né? não adianta ter as, a... você mexer na pós-graduação e depois você não ter vaga lá na frente, mas com o passar do tempo sim, há uma tendência a ter uma certa diversificação sim.</p>
	<p>E2: Cotas é... para alunos né? Se tivesse cotas pra aluno se isso teria algum reflexo docente? é... pode ter, mais em muito longo prazo, não seria imediato, porque, supondo, vamos supor que tenha, e aí tendo vai ter mais alunos e esses alunos vão se graduar mais, né? vão se formar aí eles se formando mais, quando tiver concurso pra professor eles vão tentar, aí depois de entrar vão ser professor da graduação, aí depois, vai levar... dá aí uns vinte anos pra mais pra ser alguma coisa, pra ter algum tipo de reflexo na docência né? de pós-graduação.</p>
	<p>E3: Sim. Isso aí é, isso é um sim lógico né? se você dá acesso, se reserva, faz uma reserva de vagas pra pessoas né? de outras, com, sei lá, com outros background, outras matizes sociais, de cor e tal, claramente você vai aumentar.</p>

	Dado que a nossa situação agora é mais homogênea mesmo, uma vez que você coloca essa cota certamente você mexeria nisso né?
--	---